

## Quem disse ?

«A nova AD é uma soma política, que é uma subtracção eleitoral.»

**Manuel Alegre**  
Jornal de Notícias,  
12 de Setembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº987 17 SETEMBRO 1998 100\$ - 0,5€

**ACÇÃO**

**SOCIALISTA**

Director Fernando de Sousa Director-adjunto José Manuel Viegas

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## António Guterres no Parlamento

### Bancada do PS e Governo unidos

«Vamos ter grande tranquilidade, uma enorme unidade e uma elevada coesão até ao final do ano parlamentar», afirmou com confiança António Guterres aos jornalistas, após ter estado reunido durante três horas com o Grupo Parlamentar do PS, na noite de terça-feira passada.

Esta atitude de tranquilidade e de serenidade, segundo o primeiro-ministro, contrasta precisamente com «a agressividade evidenciada pelos partidos da oposição» em relação ao Governo e ao PS. Ao longo da reunião com os deputados socialistas, António Guterres, que se encontrava acompanhado pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa, disse também ter verificado que a bancada do PS e os membros do Governo revelaram «ampla convergência, quer em termos de objectivos quer em termos estratégicos». De resto, como evidenciou o secretário-geral do PS, o encontro com os deputados socialistas — o primeiro da última sessão legislativa da presente legislatura — destinou-se precisamente a acertar as linhas de articulação entre as duas esferas.

E essa articulação, ao fim de três anos de Governo, «é cada vez mais perfeita», sublinhou o primeiro-ministro.

«Existe uma grande vontade para trabalhar a favor dos portugueses e de Portugal». Queremos servir cada vez melhor o País», acrescentou o líder do PS.

Face à previsível estratégia que será desencadeada pelos partidos da oposição nos próximos meses, António Guterres pediu aos deputados do PS para que tenham «nervos de aço e uma grande capacidade de resistência».

Em relação ao referendo sobre regionalização, o secretário-geral do PS mostrou-se confiante na viabilização desta importante reforma por parte dos eleitores, até porque há muitos autarcas do PSD que apoiam a criação das regiões e outros que se encontram inactivos e, por isso, também não alinham na campanha pelo «não».

## AUMENTO EXTRAORDINÁRIO DAS PENSÕES DE VELHICE MELHOR PROTECÇÃO MAIS JUSTIÇA



**O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, assinou uma portaria que determina o aumento extraordinário das pensões de velhice e invalidez do Regime Geral Intermédios ao salário mínimo nacional.**

**Ficaram beneficiados todos os pensionistas com pelo menos 15 anos de carreira contributiva e que tenham pensões degradadas face aos anos de carreira contributiva que apresentam.**

### Comunicação Social

#### Arons de Carvalho põe PSD fora de jogo



O secretário de Estado da Comunicação Social, Alberto Arons de Carvalho, pôs no dia 9 o PSD fora de jogo, desmontando com uma série de argumentos irrefutáveis a avalanche de mentiras que o partido laranja e o seu líder têm vindo a produzir relativamente à questão da transmissão de jogos de futebol na TV.

### Política

#### O maior elogio à regionalização foi feito pela Aliança Democracia



António Guterres e Jorge Coelho demonstraram claramente as contradições existentes nos discursos dos actuais líderes da direita radical sobre regionalização. Desrespeitando a história política do PPD/PSD e do CDS, Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas pretendem agora esquecer que alguns dos maiores impulsos para a concretização das regiões foram obra de governos seus. E que Francisco Sá Carneiro adoptou a causa regionalizadora como uma verdadeira bandeira para o desenvolvimento do país.



## 442 ou 445

O PSD espalhou esta semana pelo País um novo conjunto de cartazes da sua campanha anti-regionalista, com os quais pretende fazer crer que a implementação de regiões em Portugal é mais uma forma de aumentar a classe política ou, por outras palavras, o número de tachos como vulgarmente gostam de apelar o sã exercício da democracia.

A ausência de memória que sempre caracterizou o PSD revela-se, mais uma vez, nesta infeliz campanha anti-regionalista ao renegar o seu passado convictamente regionalista e ao pretender confundir os portugueses com argumentos próprios da baixa política.

Recorde-se que foi durante a gestão dos governos da antiga Aliança Democrática e posteriormente do PSD maioritário que a regionalização sofreu os maiores impulsos. Recorde-se, também, como o PSD gosta particularmente de evocar o líder da Aliança Democrática, Francisco Sá Carneiro, nos momentos de grande sentimentalismo político esquecendo que a regionalização era para ele uma bandeira.

Aliás, António Guterres salientou esta grande controvérsia do PSD ao afirmar, em entrevista à Rádio Renascença, que o maior elogio até hoje feito à regionalização tinha sido o «Livro Branco sobre a Regionalização» publicado durante o Governo da Aliança Democrática e em que, curiosamente, Cavaco Silva era ministro da Economia, no qual se refere que «a descentralização e a criação de centros de decisão espalhados pelo País ajuda a desenvolver as regiões».

A regionalização era então considerada pela AD como «um instrumento indispensável para garantir um equilíbrio na distribuição da riqueza», a mesma AD que hoje impõe a lei da rolha aos seus militantes que continuam fiéis aos princípios regionalistas. Mas, voltando ao início da questão, temos agora uma AD muito preocupada com a criação de mais cargos políticos – 442 segundo o cartaz -, no entanto os projectos por eles apresentados na Assembleia da República e que contemplam a criação de 20 novos municípios irão, no caso de serem aprovados, criar 445 novos cargos políticos.



MEMÓRIAS

ACÇÃO SOCIALISTA EM 1980

### AD MANIPULA INFORMAÇÃO

A edição de 11 de Setembro de 1980 do «Acção Socialista» estava recheada de denúncias da manipulação da Comunicação Social levada a cabo pelo Governo AD, caracterizada, entre outros aspectos, pelo saneamento de uma vaga de jornalistas sérios e competentes, arrumados nas prateleiras dos principais jornais, da RDP e da RTP.

Numa conferência de Imprensa dada pelos líderes da FRS, Mário Soares, Lopes Cardoso e Sousa Franco, o secretário-geral do PS afirmava: «Não há garantias de isenção e de independência para a realização de eleições livres, o que põe em causa a própria democracia, mas a FRS participará com a maior determinação nos actos eleitorais.»

O «Acção Socialista» noticiava ainda com destaque uma posição das Mulheres Socialistas que denunciavam o saneamento de que tinham sido alvo Lurdes Pintasilgo, Helena Torres Marques e Aurora Murteira, todas mulheres progressistas e portanto *personas non gratas* à aliança conservadora e monárquica - AD.

«A história portuguesa das últimas décadas está cheia de exemplos de mulheres que, não comungando ontem nas áreas da União Nacional, para usar uma definição simples, se viram arredadas dos seus

lugares, alcançados por concurso público, silenciadas e perseguidas», lembravam as Mulheres Socialistas. **J. C. C. B.**

11 de Setembro

Quem disse?

«Durante os 50 anos que tivemos de regime reaccionário e de direita houve sempre um centralismo rígido do Terreiro do Paço e de São Bento.»

Mário Soares



### Chile Quando choveu em Santiago

«Triunfamos para derrotar definitivamente a exploração, para terminar com os monopólios, para fazer uma séria e profunda reforma agrária, para controlar o comércio de exportação, para nacionalizar, enfim, a banca. Todos estes pilares tornarão possível o programa do Chile, criando o capital social que impulsionará o nosso desenvolvimento.»

Salvador Allende

Discurso da tomada de posse como Presidente da República, em 5 de Setembro de 1970



Há 25 anos, a 11 de Setembro, choveu em Santiago. Um golpe de Estado violento, à boa maneira sul-americana, apadrinhado pelo Tio Sam, derrubou no Chile o presidente eleito, o socialista Salvador Allende, e pôs fim a um profundo processo de reformas sociais que tinha como objectivo a construção de um modelo de socialismo de rosto humano.

Os militares revoltosos, liderados por um general com olhar sinistro e óculos escuros, acabavam, num dia, com a tradição de um país que desde há dezenas de anos tinha uma democracia parlamentar a funcionar ininterruptamente e acabavam ainda com a convicção algo ingénua de que o Chile, exemplo de país civilizado, podia ser diferente dos seus vizinhos da América Latina.

Feito o golpe, sossegado o clero mais conservador e a burguesia mais reaccionária, e regressados os «boys» da CIA ao «sweet home» perante os aplausos discretos, como convinha, de Nixon e Kissinger, o Chile de Pablo Neruda mergulha durante duas décadas na ditadura e repressão política, com milhares de presos e desaparecidos.

No plano económico, o Chile serve ainda, durante os anos de terror pinochetista, de

cobaia para os «Chicago Boys» e Milton Friedman testarem as suas teorias ultraliberais. O resultado era inevitável: o fosso entre ricos e pobres agrava-se, atingindo níveis chocantes. As riquezas do País estão agora nas mãos de uma ultraminoria. Passados 25 anos sobre o dia mais negro da história contemporânea do Chile, o líder do golpe, o sinistro general Pinochet, de 82 anos, responsável pelos milhares de vítimas da repressão exercida pela sua ditadura, continua impune e presente na vida política do país, sendo senador vitalício graças a medidas legislativas que ele próprio promulgou antes de abandonar o palácio de La Moneda.

Os democratas de vários quadrantes e a esmagadora maioria do povo chileno continuam a engolir este enorme sapo vivo.

J. C. CASTELO BRANCO

SEMANA

### Porto 2001: Iniciativas conjuntas

Os responsáveis pelos projectos do Porto e Roterdão Capitais Europeias da Cultura 2001 confirmaram, no dia 11, no Porto, que vão promover iniciativas conjuntas que realcem as ligações que existem entre as duas cidades portuárias.

O director do projecto de Roterdão Capital Europeia da Cultura, Bert van Meggelen, reuniu-se, na passada sexta-feira, na Cidade Invicta, com os presidentes da sociedade Porto Capital Europeia da Cultura, Artur Santos Silva, e da câmara local, Fernando Gomes.

Na ocasião, Artur Santos Silva referiu que o programa preliminar com as primeiras iniciativas do Porto/2001 será apresentado dia 28.

Bert van Meggelen salientou que Roterdão

e Porto têm apenas dois anos para se preparar, enquanto as outras capitais europeias da cultura dispuseram de quatro, mas, citando um ditado holandês, afirmou que «é necessária muita obra e poucas palavras».

Os dois responsáveis reconheceram a necessidade de 2001 não constituir apenas uma festividade cultural, mas mais do que isso a criação de condições para que se intensifique a vida cultural nas duas cidades depois daquele ano.

Sobre a eventual desvantagem do Porto em relação a Roterdão por ser uma cidade periférica, Artur Santos Silva garantiu que o projecto português «tem alguns trunfos», que deverão ser utilizados no programa que está a ser preparado.

## O MAIOR ELOGIO À REGIONALIZAÇÃO FOI FEITO PELA ALIANÇA DEMOCRÁTICA

**António Guterres e Jorge Coelho demonstraram claramente as contradições existentes nos discursos dos actuais líderes da direita radical sobre regionalização. Desrespeitando a história política do PPD/PSD e do CDS, Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas pretendem agora esquecer que alguns dos maiores impulsos para a concretização das regiões foram obra de governos seus. E que Francisco Sá Carneiro adoptou a causa regionalizadora como uma verdadeira bandeira para o desenvolvimento do país. Face aos argumentos dos partidos da direita, António José Seguro não hesitou em considerar que o líder do PSD não tem moral, já que recorre a uma linguagem de insulto contra o primeiro-ministro e, por outro lado, diz que o apoia para a presidência da Comissão Europeia. Por este tipo de comportamento da oposição, Jorge Coelho mostra-se optimista na vitória do «sim» no referendo de 8 de Novembro.**

O primeiro-ministro expôs as contradições inerentes ao discurso do PSD e do PP em relação ao referendo de 8 de Novembro e lembrou que, até ao presente, o maior elogio à regionalização foi feito por um Governador da Aliança Democrática, em 1980, quando elaborou um Livro Branco desta reforma e a classificou como «um instrumento indispensável para garantir um maior equilíbrio na distribuição da riqueza». As afirmações de António Guterres foram proferidas em entrevista à Rádio Renascença, no passado sábado, aproveitando a ocasião para lamentar que os desequilíbrios que então se pretendiam combater apenas se tenham agravado até hoje.

Por a regionalização ser um factor de igualdade de oportunidades, tanto ao nível do desenvolvimento, como no que respeita a potencialidades de modernização, o chefe do Governo aludiu à experiência regionalizadora da Europa. Enquanto o modelo de administração centralista apenas existe em países como Portugal e a Grécia, Holanda, Bélgica e Dinamarca (Estados-membros da União Europeia com dimensão e população semelhante a Portugal) têm implantada uma administração regionalizadora. Ou seja, em conclusão, «Portugal é o país mais centralizado da Europa e na sua classe política sempre houve uma forte tradição centralista». E essa tradição centralista, segundo António Guterres, «influi e sempre influiu na opinião de uma grande parte da intelectualidade portuguesa». Até no passado, «uma certa tradição jacobina alimentava-se dessa tradição, porque pensava que a única forma de modernizar o país seria a partir de Lisboa», lembrou. Ainda quando se referia a modelos de regionalização existentes em outros países da União Europeia, António Guterres fez

questão de vincar as diferenças existentes ao nível de competências e de poderes. A este propósito, e para evitar especulações sobre as consequências da reforma que pretende introduzir em Portugal, esclareceu que se estivesse em causa o modelo de regionalização que vigora na Itália, Alemanha, ou Espanha, com governos regionais e poderes políticos, ele próprio seria contra. O modelo que defende, pelo contrário, é o de regiões «puramente administrativas, cujos poderes sejam limitados à participação na elaboração de planos regionais, a uma função importante de planeamento e coordenação do desenvolvimento e, finalmente, à gestão de parte do sistema de incentivos». «Há um conjunto de decisões que estão penduradas no Governo central (que obrigatoriamente as exerce pior do que quem conhece os problemas directamente na região) e que ainda por cima sobrecarregam o Executivo com um conjunto enorme de tarefas que limita a sua capacidade de governar bem nos aspectos essenciais», declarou.

### Clima de perseguição no PSD

Para transmitir uma ideia da confusão administrativa que neste momento se verifica no País, aludiu à existência de 74 órgãos de estado que estão desconcentrados, mas que, sem enquadramento a nível regional, se dividem de 38 maneiras distintas. Como consequência, evidenciou o primeiro-ministro, «se um cidadão de Lamego tiver um problema de educação, tem de o tratar no Porto; se for de saúde, tem de o resolver em Coimbra; caso de trate de ambiente é em Mirandela que se encontra o órgão do Governo central; e se o assunto se integra no âmbito do Ministério da Agricultura tem de ir a Vila Real; mas se se tratar de um problema de protecção civil tem de dirigir-se a Viseu. Outro factor incompreensível hoje ainda existente, reside no facto de não estar descentralizada a decisão sobre a localização de uma estrada. Como fez questão de realçar o chefe do Governo, «decidir se é prioritário melhorar a estrada Oleiros/Sertã, ou a estrada Penamacor/Idanha-a-Nova, deve ser uma competência de uma região da Beira Interior, que a tomará muito melhor que um Executivo central». Por outro lado, continuou António Guterres, se na decisão de construir uma estrada existir um erro, haverá uma tendência para uma desresponsabilização dos técnicos do Governo central, mas se houver órgãos eleitos numa região e se esses mesmos órgãos cometerem erros graves nas escolhas que fazem, então estará o voto popular para os penalizar. «Este projecto dá às regiões o direito de localizarem os seu órgãos onde entenderem. Às vezes, vale a pena confiar nas pessoas para tomarem decisões que lhes dizem respeito», acrescentou, distanciando-se assim da «mania de que tudo tem de ser decidido em Lisboa e de preferência pelo primeiro-ministro, quando há coisas muito importantes que cada um decidirá melhor onde vive».

Face ao número de autarcas do PSD que apoiam a regionalização, aliás em coeren-

cia com o pensamento de Francisco Sá Carneiro, António Guterres lamentou o clima de perseguição que se verifica no partido de Marcelo Rebelo de Sousa. Esse clima de perseguição apenas existe, de acordo com o secretário-geral do PS, porque «falta convicção» na campanha pelo «não» às regiões no maior partido da oposição. «No passado, o PSD sempre foi a favor da regionalização e só agora deixou de ser». Pelo contrário, «o meu caso é muito simples: convicções profundas, antigas, expressas muitas vezes, aliás sempre no mesmo sentido. Estou perfeitamente tranquilo para conviver com todos os portugueses que têm uma opinião diferente», declarou o primeiro-ministro.

### As mentiras da direita radical

Ao longo da última semana, também Jorge Coelho se encarregou de desfazer mentiras e falsos fantasmas que têm sido levantados pela direita radical contra a regionalização. Durante uma sessão organizada pelo PS/Porto, o dirigente socialista não hesitou em considerar que as direcções partidárias de Marcelo Rebelo de Sousa e de Paulo Portas «perderam completamente a sensatez», entrando no discurso «da mentira». Um discurso que até serve eleitoralmente a vitória desta reforma administrativa. Por isso, é convicção do ministro da Administração Interna que, «vagarosamente, o País está a aproximar-se do «sim».

Com grande detalhe, Jorge Coelho explicou que a regionalização não gera novos impostos, não irá agravar as despesas do Estado, nem cria novas burocracias, ou novos cargos políticos. A regionalização, em suma, não divide os portugueses, unindo-os na sua diversidade. Já depois de António Guterres ter deixado bem claro que são os cartazes espalhados pelo PSD quem rasga Portugal, o titular da pasta da Administração Interna referiu-se aos novos cartazes com «slogans mais próprios de garotada do que de pessoas sérias».

Também durante um debate com Marques Mendes, organizado pelo Observatório da Imprensa, no pavilhão da União Europeia da Expo-98, Jorge Coelho se mostrou optimista que a vitória das regiões será inevitável, não apenas porque agora existe melhor informação, mas, igualmente, porque o discurso anti-regionalista «não corresponde à realidade». A seguir, lembrou as contradições do próprio PSD em torno desta reforma. Para Sá Carneiro, a regionalização foi uma verdadeira bandeira e, em 1991, já com Cavaco Silva, a Assembleia da República aprovou por unanimidade uma proposta de lei quadro. Mais perto do presente, a 31 de Março de 1996, Marcelo Rebelo de Sousa apresentou-se no congresso do PSD, em Santa Maria da feira, defendendo a criação de regiões administrativas em Portugal. Repetiu idênticas posições regionalistas em entrevistas ao Jornal de Notícias e à SIC. Finalmente, segundo o membro da direcção nacional do PS, Marcelo Rebelo de Sousa surpreendeu tudo e todos e passou a ser

contra a regionalização. Mais grave, aquilo que ele próprio defendera com vigor, «de um momento para o outro, passou a tratar-se de um verdadeiro inferno».

Em virtude destas contradições de natureza política, o camarada Jorge Coelho considerou natural as grandes divisões internas existentes no maior partido da oposição. Hoje, mais de duas décadas de presidentes de câmaras dos «laranja» apoiam o «sim», tendo em vista a consulta nacional de 8 de Novembro. Por outro lado, personalidades do PSD, como Vieira de Carvalho, sofrem com o facto de o seu partido radicalizar e utilizar argumentos demagógicos contra uma reforma que sempre defendeu. De resto, Jorge Coelho caracterizaria os argumentos da direita radical como de «terra queimada».

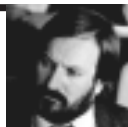
No próximo referendo, deixou bem claro, o que está em causa «é manter um quadro nefasto de centralização, ou dar um novo salto para combater a burocracia através da descentralização e da criação das regiões. «Não podemos continuar a ter portugueses de primeira e outros de segunda. Não podemos continuar a ter zonas do País de primeira e outras de segunda», afirmou claramente Jorge Coelho.

### Regiões desenvolvem Portugal

Tal como Jorge Coelho, também o coordenador da Comissão Permanente do PS acusou Marcelo Rebelo de Sousa de não ter moral. Em Vila Pouca de Aguiar, o camarada António José Seguro lembrou que o líder do PSD anda, por um lado, a dizer que apoia António Guterres para a presidência da Comissão Europeia, mas, por outro lado, chama-lhe mentiroso. «É altura de Marcelo Rebelo de Sousa arrepiar caminho, mudar de discurso e perceber que os portugueses não se deixam enganar».

Em contraponto, António José Seguro sublinhou que «todos os portugueses sabem que o primeiro-ministro é um homem sério, honesto e de grandes convicções». Por esta razão, apelou aos líderes da direita radical para «deixarem de mentir e de inventar falsos fantasmas sobre a regionalização».

Finalmente, numa artigo publicado no Diário de Notícias, o alto comissário para a Regionalização, Eduardo Cabrita, explicou os méritos desta reforma. «O Portugal que está hoje no pelotão da frente da moeda única não pode continuar no «carro vassoura» do centralismo, da burocracia e do clientelismo dos interesses sectoriais ou corporativos». Em última análise, segundo Eduardo Cabrita, «será mais saudável e transparente um conflito entre Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho, ou mesmo entre Beja e Évora, do que os velhos conflitos entre a Direcção Regional do Ambiente e a Sub-região de Saúde, ou entre os pareceres corporativos da Agricultura, das Finanças e da Indústria. Descentralizar é um sinal de maturidade democrática e um incentivo à solidariedade e coesão entre portugueses fartos de um país a duas velocidades, retalhado incoerentemente de 38 maneiras diferentes», concluiu.



## REGIONALIZAR É DESCENTRALIZAR

**N**a edição do «Jornal de Notícias», de 3 de Setembro, o deputado Paulo Mendo escreve um artigo sob o título «Regionalizar é descentralizar?», em que visa um texto meu, publicado em 22 de Agosto, sobre a temática da regionalização.

No acerto de contas da polémica o meu ilustre interlocutor não está, à partida, com meias-medidas, e dá ao meu escrito a imagem paradigmática «da confusão e falta de significado unívoco do termo regionalização». Acrescenta a seguir «como já aqui várias vezes referi, regionalizar nada mais é que criar espaços geográficos específicos, que até já se chamavam províncias, e que até são os actuais distritos e que não implicam, como províncias e distritos o demonstram, um qualquer modelo descentralizado, moderno, autónomo, do aparelho de Estado.

As províncias faliram e os distritos mantêm-se uma longa convivência com um aparelho de Estado centralizado e napoleónico». E pelo meio do artigo, dizendo embora que está de acordo em tudo ou quase tudo o que afirmo sobre «descentralizar», deixa o remate conclusivo «como se pode dizer, como diz o deputado do PS, que regionalização é o contrário de centralização?»

A resposta de Paulo Mendo é definitiva. Regionalização e descentralização não são a mesma coisa: «não posso, não podemos, afirmar que regionalizar é descentralizar, nem face à nossa experiência histórica nem face ao significado político dos conceitos. Posso regionalizar, desconcentrando a administração, mas mantendo na mesma uns poucos centros de decisão» e conclui «para que uma regionalização conduza à descentralização será necessário que previamente o país esteja empenhado num esforço constante, liderado pelo Governo, de modernização e de descentralização das competências da Administração pública».

Depois desta recolha identificadora, do que tomo como núcleo essencial do pensamento do meu interlocutor no artigo em apreço, devo entrar directamente no contraditório. E faço-o encimando a conclusão evidente. A regionalização de que estamos a tratar em Portugal é mesmo descentralização, do que se trata é da descentralização territorial do Estado.

Não há qualquer confusão de conceitos ou dúvidas sobre a temática da regionalização que aprecio nos meus artigos. Do que trato é dos conceitos constitucionais de regionalização, os quais integram o princípio da autonomia local, isto é, a administração autónoma territorial, realizada por «pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações».

A Constituição da República diz que «O Estado é Unitário e respeita na sua organização os princípios da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública». Ora, como se sabe, o conceito de descentralização administrativa não é «unívoco» e pode remeter para a administração autónoma (a que estamos a tratar: autarquias locais e associações públicas) dotada de órgãos próprios de autogoverno e a administração indirecta (institutos públicos e empresas públicas), sujeita à superintendência governamental. Em nenhum caso a descentralização administrativa pode ser confundida com a desconcentração administrativa, onde os poderes são deslocados «espacialmente» do centro mas continuam, pela cadeia hierárquica, totalmente dependentes do centro.

A Constituição é clara na distinção que estabelece entre a descentralização territorial

do Estado (regiões autónomas e autarquias locais - regiões administrativas, municípios e freguesias) e a descentralização da administração pública, da Administração do Estado.

A descentralização territorial de que fala a nossa Constituição estabelece-se com a instituição e funcionamento das freguesias, dos municípios, das regiões administrativas e, no caso da descentralização política, das regiões autónomas.

O conceito e instituição da região que está em debate e opção públicos é, pois, inequivocamente, o de uma autarquia supramunicipal, a qual corresponde à descentralização territorial do Estado. É esta a leitura da conceptologia constitucional e não há outra, no essencial.

Não estamos por isso a fazer leituras geográficas, musicais, da natureza do habitat, das tradições, de raízes étnicas, de espaços vinícolas, de divisões eclesiais. Não

estamos a tratar de identificações regionais geográficas possíveis, ou a partir da história e da prática de regiões especializadas de organização: as divisões diocesanas, as divisões judiciais, as regiões agronómicas ou agrícolas, as divisões pecuárias, florestais ou industriais ou até das regiões militares.

Do que estamos a falar é da região Administrativa definida pela Constituição da República como órgão democrático do Estado, no âmbito do poder local.

Questão distinta, ainda que colocada no âmbito do debate, é a delimitação territorial da região administrativa. E dos critérios para a fazer. O «mapa» territorial das freguesias e dos municípios de Portugal dá-nos o conhecimento empírico da dificuldade da sua elaboração. Com as regiões as dificuldades não são menores, a ideia de região, enquanto delimitação física, não é evidentemente inequívoca. O Conselho da Europa define-a, sem lhe precisar os termos, que a região é «um território de dimensão média susceptível de ser determinada geograficamente e que é considerada como homogénea». Mas isso é um possível ponto de partida, e só, para a delimitação da Região Administrativa.

Mas, repito, a descentralização territorial de que estamos a tratar, no caso a descentralização regional administrativa, é uma opção organizativa do mesmo tipo dos municípios e freguesias já instituídos. Implica um processo de reforma da Administração pública, redefinição de órgãos, competências e atribuições. Para o que, aliás, o PSD em 1991, deu já o seu assinalável contributo.

Vale a pena citar, «pro memória» de um deputado do PSD, a lei votada pela Assembleia da República, por unanimidade, sob proposta do PSD, em 13 de Agosto de 1991 (lei 56/91), onde se define que «A região administrativa é uma pessoa colectiva territorial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das populações respectivas, como factor de coesão nacional». E, no que diz respeito ao princípio da descentralização administrativa, o artigo 7.º da lei declara expressamente que «a repartição de atribuições entre a administração central e as regiões administrativas deve assegurar a intervenção destas na realização de interesses públicos administrativos que revistam natureza predominantemente regional».

Como se vê a clareza conceitual do PSD tem vindo a tornar-se opaca, a dar o dito por não dito, e mesmo um espírito lúcido como Paulo Mendo não evita, com o passar do tempo, um inesperado e fugaz obscurecimento. E agora percebe-o quando alude à minha confusão: é o outro lado do espelho.

In «Jornal de Notícias»







## REGIONALIZAÇÃO E UNIÃO EUROPEIA

**A** ligação existente entre a criação das Regiões Administrativas e a participação na União Europeia foi atacada, com dramatismo, depois da intervenção esclarecedora de António Guterres pelos adversários da regionalização.

Procuro a seguir enunciar, e responder, a algumas questões que a propósito podem levantar-se.

A União Europeia impõe aos seus Estados-membros uma estrutura interna baseada em regiões?

A resposta é negativa. Trata-se de uma competência do foro constitucional interno de cada país membro, tanto no que respeita à estrutura política do Estado (unitário, federal, regional, etc), como à sua divisão administrativa. A única exigência é a democracia e o respeito dos direitos do homem (depois do Tratado de Amesterdão, condição de adesão à União Europeia e fundamento de suspensão dos direitos de Estado-membro em caso de violação).

O que significa, então, a fórmula «Europa das Regiões»?

Conceito polissémico, tanto pode referir o reconhecimento da dimensão regional no funcionamento da União Europeia (por exemplo, através do conceito de «parceria» para efeito de planeamento e acompanhamento das intervenções dos fundos estruturais e, depois do Tratado de Maastricht, através da participação institucionalizada no processo de decisão no âmbito do Comité das Regiões), como pode fazer apelo à ideia de superação dos Estados através do relacionamento directo transfronteiriços das regiões, entre si, e com as instituições da União Europeia.

Esta última teorização que pretenderia, antes do tempo, definir as bases de uma organização supranacional, e maximizar a capacidade política da Comissão e do Parlamento Europeu, como instituições independentes dos Estados-membros, parece completamente artificial e sem viabilidade política no contexto da actual União Europeia. Com efeito, apesar da partilha de soberania em órgãos supranacionais, os Estados-membros (sejam eles unitários, federais, nacionais ou plurinacionais) continuam a ser o quadro fundamental, tanto para a definição e garantia dos direitos do homem e dos cidadãos, como para as prestações sociais (saúde, educação, segurança social, etc.) que integram o «Estado-Providência», e nomeadamente para a definição e aplicação das estratégias e políticas de desenvolvimento económico e social.

Não significa isto que, realizada a avançada máxima para a criação de uma organização supranacional, que é a União Monetária - sem um verdadeiro «governo económico» - sem instrumentos eficazes de solidariedade e de coesão, e sem União Social e Política - seja o descrito o melhor quadro



político. Mas é o possível, e o desejável sobretudo enquanto não for assumido o carácter federal da União Europeia, através de instituições mais democráticas de base parlamentar proporcional, com a participação *paritária* dos próprios Estados-membros, de um orçamento federal e de uma fiscalidade europeia. Sem isso, seria estulto confiar à Comissão responsabilidades decisivas no planeamento e no controlo da aplicação dos fundos estruturais, como de certo modo pretende a Agenda 2000, pois o sistema actual não garante a solidariedade e a coesão económica e social.

Para além desta realidade institucional, que leva a não abrir mão do poder actual dos Estados-membros no Conselho, seria um erro abdicar, antes da sedimentação de uma verdadeira consciência política e de uma identidade cultural europeias, dos actuais Estados-nação, ou plurinacionais, legados pela história. A União Europeia é, e deve continuar a ser, uma «Federação de Estados-nação» (Jacques Delors), ou, mais precisamente, de Estados soberanos. É por isso que a dimensão regional deve relevar, sobretudo, para efeitos internos cada Estado-membro.

Quais, nesse caso, as vantagens de uma «Europa de Regiões»?

Desde logo, a aproximação do exercício do poder aos cidadãos, de acordo com o princípio da subsidiariedade, com as implicações democratizantes e de eficácia funcional que adiante referirei, que parece indispensável num momento em que os centros de decisão sobre um número crescente de matérias, sediados em Bruxelas, estão cada vez mais distantes da compreensão e do controlo da generalidade das pessoas. Neste sentido, a dimensão regional reforça o carácter democrático da União Europeia e de cada um dos seus Estados-membros.

Por outro lado, a região é uma unidade de planeamento e de optimização de recursos para o desenvolvimento, e isto, tanto no plano interno como no plano europeu, ao per-

mitir a comparação e a identificação de níveis e obstáculos ao desenvolvimento, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e à correcção das assimetrias internas a cada Estado e relativamente às outras regiões de outros Estados.

A *cooperação transfronteiriça*, que beneficia aliás de apoios financeiros directos da Comissão (iniciativa comunitária Interreg) assegurará melhor a igualdade de oportunidades se negociada entre entidades regionais de estatuto e poder de decisão idênticos, em vez de ser confiada ao automatismo das «forças do mercado» que tende a favorecer os mais poderosos e os mais aptos no mercado único, que já existe desde o final de 1992. Aliás, demonstra a prática que há apoios das regiões aos agentes económicos, traduzidos na criação de um enquadramento mais favorável, na agricultura, na indústria ou no comércio, que os Estados não podem conceder devido às normas do Tratado sobre «auxílios de Estado» (cfr. artigo 87º do Tratado CE). Por último, a dimensão regional está associada à definição dos critérios de afectação dos fundos estruturais em função de um nível convencionalizado de desenvolvimento (75 por cento do PIB comunitário, para o FEDER).

A discussão está em curso, a propósito da Agenda 2000 que, como é sabido, pretende deixar de eleger Lisboa e Vale do Tejo para o Objectivo 1. Ao contrário do que alguns poderiam pensar, a dificuldade aqui não decorre da existência de uma divisão regional (a Irlanda, por exemplo, sem uma estrutura regionalizada, deixará por inteiro o Objectivo 1). Mas sim dos critérios estatísticos seguidos pela Comissão, que não traduzem o real nível de competitividade de Lisboa e Vale do Tejo no plano europeu, e pela sua tentativa de desconhecer o «papel motor» que Lisboa, pela força das coisas, continuará a desempenhar para o desenvolvimento do conjunto do país.

Se, na negociação da Agenda 2000, Lisboa

deixar a prazo de ser elegível para o Objectivo 1, isso corresponderá a um recuo da «coesão económica e social», por força das necessidades financeiras com o alargamento, e não a uma consequência da divisão regional.

As questões fundamentais

Assim definidos o sentido e os limites da dimensão regional na União Europeia é necessário responder às verdadeiras questões:

A regionalização, dividindo e retirando poder, «para baixo», enfraquece o poder negocial do Estado face às transferências de soberania, «para cima», exigidas pela passagem à União Económica e Monetária?

O argumento não é comprovado, e é até infirmado, pela experiência dos Estados-membros dotados de uma estrutura interna com autonomias (V. Alemanha, Espanha, Itália, Bélgica, etc.) muito superiores às que teriam as regiões portuguesas. Atente-se, por exemplo, na recusa do Chanceler Kohl ao alargamento das maiorias qualificadas no Tratado de Amesterdão, devido à expressa oposição dos Länder temerosos de perderem competências «para cima».

De resto, o argumento é reversível: um país (bem) regionalizado ganha força negocial e capacidade de pressão através da participação das populações e dos órgãos regionais no planeamento e nas opções internas e «europeias».

A regionalização fragmenta o Estado e destrói a unidade nacional?

Reconhecendo, embora, o peso do argumento, ligado historicamente ao papel, de certo modo, criador que o Estado (o poder real) assumiu relativamente à Nação portuguesa, e não aceitando, tal como todas as pessoas de bom senso (além do patriotismo, que não está em causa), que Portugal abra mão da vantagem da sua coesão interna e das fronteiras continentais definidas há cerca de 850 anos, há que dizer que tudo dependerá do modelo regional que vier a ser adoptado, quanto às competências, ao regime financeiro, à natureza das Regiões e às suas relações com a administração Pública e os Municípios.

Do que se conhece, tendo em conta a Constituição, os receios são infundados.

De resto, e apesar das derivas caciquistas e antidemocráticas sobretudo «madeirenses» (que também se manifestam ou manifestaram em várias partes do continente), há que dizer que as Regiões Autónomas da Madeira e Açores, com incomparavelmente mais poderes do que virão a ter as Regiões Administrativas, são um exemplo de sucesso no desenvolvimento e melhoria do nível de vida das populações (que nunca teria ocorrido sem poderes regionais eleitos com capacidade de pressão).

\*Eurodeputado socialista



## NOTA (ESTRATÉGICA) SOBRE A REGIONALIZAÇÃO

**E**sta Nota é escrita no pressuposto de que no próximo referendo sobre a regionalização se aplica o indicado no nº 1 do artigo 256º da Constituição: «A instituição em concreto das regiões administrativas depende do voto favorável expresso pela maioria dos cidadãos eleitores que se tenham pronunciado em consulta directa.»

É destinada a quem esteja interessado na regionalização. (Setembro de 1998)

I- No próximo referendo sobre a regionalização o número de eleitores por região é: Lisboa - Setúbal: 2,4 milhões; Entre Douro e Minho: 2,3 milhões; Beira Litoral: 1,2 milhões; Estremadura e Ribatejo: 750 mil; Alentejo: 470 mil; Trás-os-Montes e Alto Douro: 430 mil; Beira Interior: 350 mil; Algarve: 300 mil.

II- O resultado, no que diz respeito à primeira pergunta, será necessariamente um dos seguintes:

1- Vitória do Sim

2- Vitória do Não

3- Referendo não vinculativo por nem o Sim nem o Não atingirem 50 por cento dos votos expressos (conjunto dos votos Sim, Não e brancos).

Dividimos este 3º grupo em dois subgrupos:

3-1 - Referendo não vinculativo com Sim maioritário.

3-2 - Referendo não vinculativo com Não maioritário.

III - Não há, neste momento, muitas sondagens, mas a convicção generalizada é a de que o Sim será maioritário no Algarve, Alentejo, Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho, sendo o Não provavelmente maioritário nas restantes regiões. O referendo afigura-se assim muito renhido.

Das três possíveis respostas, as duas primeiras são francamente as mais prováveis e os analistas quase só se referem a elas. Embora não haja uma tradição de voto em branco, o

caracter renhido da competição, a falta de esclarecimento que consideram ter muitos eleitores e, sobretudo, a forte discordância de muitos partidários da regionalização relativamente ao mapa proposto, fazem com que a possibilidade de uma resposta 3 não deva, no entanto, ser inteiramente ignorada.

IV- Interessa analisar o seguimento dos acontecimentos nas 3 hipóteses possíveis:

No caso 1 - A lei fica aprovada mas pode, ainda, conforme foi prometido pelo primeiro-ministro, vir a sofrer alterações para ter em conta os resultados das respostas à 2ª pergunta, mas sem alterar o número das regiões. O processo de alteração poderá ser muito complicado e criar problemas que poderão ir ao Tribunal Constitucional. Tendo os dois partidos que apoiam a regionalização, o PS e o PC, maioria na Assembleia, é natural que consigam fazer aprovar uma lei definitiva, deixando, embora, muitos descontentes, inclusive concelhos inteiros.

Aprovada a lei definitiva, haverá que marcar as eleições para as regiões, que poderão ser simultâneas ou a seguir às legislativas. Em qualquer dos casos, a perturbação sobre as legislativas poderá ser grande e não particularmente benéfica para os partidos apoiantes da regionalização (os outros poderão limitar-se a acumular dificuldades).

Caso 2- Será, manifestamente, uma derrota do PS. Não haverá condições para reiniciar nos tempos mais próximos o processo da regionalização. A iniciativa do processo passará para os partidos que se opuseram a «esta regionalização», que poderão dizer que se reservam para, mais tarde, fazer a «boa regionalização», ou propor medidas para a substituir. O PS, que apresentou em 1995 a regionalização como uma reforma fundamental, fica com o dilema de preencher o vazio.

Caso 3-1 - Referendo não vinculativo mas com Sim maioritário. Os partidos que tenham de-

fendido o Sim ficam com toda a legitimidade para, nesta legislatura e sem qualquer dificuldade, fazerem uma nova lei para submeter de novo a referendo. Beneficiando das informações dadas pelas respostas à 2ª pergunta, esta nova lei, possivelmente com um número diferente de regiões, poderá ser altamente consensual. A população, isto é, os eleitores, sentirão que foram efectivamente ouvidos. Esta lei poderá ser, assim, uma lei de entendimento entre o Parlamento e a população, que terá o sentimento de terem feito um trabalho comum.

A nova lei, que se deseja o mais consensual possível e pode ter a apoio-la muitos dos que se opõem à actual, poderá ser sujeita a referendo no dia das eleições legislativas. Os partidos serão obrigados a dizer se concordam ou não com ela e, caso não, que alternativas propõem.

Caso 3-2 - Referendo não vinculativo com Não maioritário. A Assembleia fica sem condições para retomar o assunto na actual legislatura, mas o debate sobre a matéria pode continuar e uma lei mais consensual, que tenha em conta as respostas às perguntas deste primeiro referendo, pode começar a ser preparada.

V- A possível influência do voto em branco.

No Algarve, Alentejo, Trás-os-Montes e Alto Douro, e Minho e Douro Litoral, os apoiantes da regionalização tem todas as razões para responderem Sim-Sim às duas perguntas do referendo. Os opositores da regionalização destas regiões deverão responder Não-Não (embora, em boa lógica, devessem responder Não-branco). Os votos em branco à primeira pergunta só deverão vir, normalmente, de eleitores que se considerarem não esclarecidos, e de partidários da regionalização que discordem francamente da divisão noutras regiões do país (que, em boa lógica, deveriam responder: branco-Sim).

Na Beira Litoral, e possivelmente também em

Santarém - Leiria e na Beira Interior, há muitos eleitores partidários da regionalização que discordam francamente do mapa geral e, em particular, do mapa proposto para a região em que vivem. Alguns destes eleitores dispõem-se a votar Não-Não. Um esclarecimento que lhes mostre que um voto em branco na primeira pergunta tem, para efeitos de rejeição «desta regionalização», exactamente o mesmo valor de um voto Não, mas mantém a porta aberta para a procura de «outra regionalização», pode levá-los a responder: branco-Não. Este esclarecimento é difícil, mas, sem ele, a população não estará verdadeiramente informada da possibilidade de que tem de influenciar o processo.

A massa dos eleitores da região de Lisboa - Setúbal não deve sentir razões especiais para não aceitar os limites da região que lhe é proposta, embora estes mesmos eleitores, muito provavelmente, também aceitassem os limites de uma região que coincidissem com a actual zona da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Assim, na região de Lisboa - Setúbal, os votantes votarão, de um modo geral, Sim-Sim, ou Não-Não, conforme concordem ou não com a regionalização para o conjunto do país. Só votarão em branco eleitores que se considerem não esclarecidos ou que, muito conscientemente, considerem que é necessária uma melhor lei de regionalização para o país.

VI- Conclusão.

A chamada de atenção para a possibilidade de votar em branco pode contribuir para diminuir a abstenção. O voto em branco, que pode ser o voto de quem não se considere esclarecido, ou de quem, muito conscientemente, deseje uma regionalização diferente, pode ter o efeito significativo de fazer passar do resultado 2 para 3, ou de 1 para 3-1. É um erro de parte dos analistas, estratégias e responsáveis por sondagens não o considerarem.

## PELO ALGARVE E CONTRA OS NOVOS VELHOS DO RESTELO

**O** deputado socialista Jorge Valente afirmou, no passado dia 8, em Tavira, estar satisfeito pelo facto de se dever ao Governo socialista, a regionalização ter deixado de ser uma mera promessa, 22 anos volvidos desde a sua consagração na Constituição da República de 1976, tendo sido assumida como uma «reforma fundamental» para o País.

Jorge Valente, que falava no Encontro dos Mandatários do «Movimento Sim pela Regionalização - Sim ao Algarve», sublinhou que «o referendo que se avizinha, pelo significado que o seu resultado comporta, requer que cada um de nós apele ao mais alto potencial do seu sentido cívico e faça um esforço acrescido, esclarecendo, informando e tirando dúvidas a familiares, amigos e conhecidos, independentemente das acções de

campanha empreendidas pelos partidos e movimentos cívicos».

O parlamentar socialista considerou que a divisão de Portugal em regiões administrativas é um «imperativo nacional» e apontou para algumas razões de peso.

«Nos últimos anos, no entender de Jorge Valente, «agravou-se a desertificação, cresceu a concentração no litoral, há maiores desigualdades ao nível do rendimento entre as várias regiões do País e o fosso entre a região mais rica (Lisboa e Vale do Tejo) e a mais pobre (Alentejo) vem dilatando-se progressivamente», disse.

Assim, o deputado do PS afirmou convicto que «é urgente reforçar a eficácia, a transparência e a celeridade nos actos da Administração Pública», que «é urgente reforçar a participação dos cidadãos na vida pública em

geral e das comunidades regionais em particular». Em suma, «é urgente revitalizar o sistema democrático e desenvolver com justiça e equilíbrio o país e o Algarve».

«O Algarve é detentor de potencialidades, recursos, capacidade individual e colectiva mais do que suficientes para, com base em políticas estruturantes que privilegiem o turismo, o Ambiente, a Cultura, a Agricultura, as Pescas, o Comércio e as novas tecnologias, gerar um modelo de desenvolvimento regional equilibrado, produtor de riqueza e corrector das assimetrias que a região há muito comporta», garantiu.

Recordando e destacando a importância de que a instauração do poder local se revestiu no contexto da reforma do Estado no pós-25 de Abril, Jorge Valente não deixou de apontar para as insuficiências do sistema.

«O poder local mudou o rosto das nossas cidades e do nosso espaço rural. Mas o poder local comporta múltiplas limitações que não permitem a resolução de um vasto conjunto de problemas que pela sua natureza, dimensão ou por razões geográficas e sociais, entre outras, só podem ter soluções credíveis à escala regional», assegurou, acrescentando que «a instauração das regiões administrativas produzirá, à escala regional, efeitos positivos semelhantes aos melhores efeitos que o poder local proporcionou».

Jorge Valente terminou a sua intervenção incentivando a assistência a deixar de lado os «novos Velhos do Restelo» que «outrora se dedicavam à invenção de factos políticos e a tímidos mergulhos no Tejo», pois «é o futuro que exige determinação. São as gerações mais jovens que exigem a regionalização».

MJR

PELO PAÍS

Governança Aberta

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA** - O secretário de Estado da Administração Interna, Luís Parreirão afirmou, no dia 9, no fim de uma reunião com o presidente da Associação Nacional de Discotecas, que as forças policiais adoptarão as «medidas que acharem mais convenientes» para garantir a segurança no exterior dos estabelecimentos de diversão, medidas essas que poderão passar apenas pelo patrulhamento ocasional dos locais onde se situam.



As novas medidas de segurança dos espaços de dança começarão a ser aplicadas a partir de Outubro, altura em que entra em vigor uma portaria com nova legislação sobre o sector já aprovada pelo Governo.

Em relação aos encargos com a vigilância dos estabelecimentos através de câmaras, o secretário de Estado disse que vai haver «disponibilidade (governamental) para utilizar meios financeiros do fundo de turismo» para financiar a taxas bonificadas a instalação daqueles equipamentos electrónicos.

**ADMINISTRAÇÃO LOCAL** - O secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto de Carvalho, presidiu, no dia 12, na Biblioteca Municipal de Alenquer, à celebração de dois contratos-programa com a Câmara Municipal de Alenquer.

Os referidos contratos-programa visam a repavimentação da Av. António Maria e a reabilitação de equipamentos urbanos da antiga fábrica da Chemina, envolvendo, respectivamente, investimentos de 113 013 contos e 80 mil contos, e correspondentes comparticipações do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território de 28 253 contos e 40 mil contos, no âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e as autarquias locais.

Mais tarde o secretário de Estado da Administração Local presidiu, no edifício dos Paços do concelho de Alpiarça, à celebração de mais um contrato-programa, desta feita com a autarquia de Alpiarça.

O documento assinado tem como objecto as infra-estruturas da zona industrial, ou seja, a pavimentação no município, investimento este que está orçado em 120 mil contos, acrescidos de uma comparticipação do Ministério do Equipamento de 60 mil contos.

**AGRICULTURA** - O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Gomes da Silva, assistiu, no dia 14,

no recinto da Expo'98, em Lisboa, a um espectáculo de arte equestre oferecido pela Escola Portuguesa de Arte Equestre.

O espectáculo de 55 minutos era constituído por cinco números: equitação de alta escola, incluindo trabalhos à vara, rédeas longas, polo, ares autos montado, «pas de trois» e carrossel de dez cavaleiros.

No dia anterior Gomes da Silva deslocou-se à Batalha, para estar presente no encerramento de um encontro de agricultores de Leiria.

No dia 11, o ministro esteve presente na sessão de encerramento de um seminário subordinado ao tema «O cooperativismo, o sector leiteiro e o desenvolvimento rural», que decorreu nas instalações da Cooperativa Agrícola de Vila do Conde.

**AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL** - O secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos, presidiu, no dia 11, em Nelas, à inauguração da VII Festa/Feira do Vinho Dão.

No dia 10, Capoulas Santos participou na cerimónia oficial de abertura do workshop subordinado ao tema «Visões do Sahel».

Esta iniciativa do Ministério da Agricultura, que decorreu em Lisboa, insere-se no âmbito das comemorações do 21º aniversário do Clube do Sahel e da primeira visita do CILLS e do Clube do Sahel a Portugal.

O Clube do Sahel foi constituído em 1976 e integra a generalidade dos países da OCDE, várias organizações internacionais e nove Estados da zona do Sahel entre os quais Cabo Verde e Guiné-Bissau.

O workshop destinou-se essencialmente a melhorar o conhecimento mútuo de todos os participantes, bem como à perspectivação do trabalho futuro que Portugal irá realizar com estas instituições na Comissão de Luta pelo Desenvolvimento e Combate à Seca e à Desertificação.

**CIÊNCIA** - O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, presidiu, no dia 11, na Universidade dos Açores, à sessão de encerramento do II Encontro de Investigadores Portugueses no estrangeiro que decorreu em Ponta Delgada.



«A Investigação Portuguesa: desafios de um novo milénio» foi o tema do segundo encontro de estudiosos portugueses sediados no exterior e que foi promovido, conjuntamente, pelo Instituto Rodrigues Lapa, pela Universidade dos Açores e pela Universidade de Aveiro, assinalando este ano o Centenário Rodrigues Lapa.

**DESPORTO** - O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, garantiu, no dia 13, em Sousel (Portalegre), apoio para a recuperação da piscina municipal da localidade e para a iluminação do campo de futebol da freguesia de Casa Branca.

Miranda Calha, que falava no município local, em resposta às reivindicações apresentadas pelo presidente da autarquia, Emílio Sabido, prometeu estas melhorias para breve e garantiu ainda apoio para recuperação do campo de tiro da sede do concelho (Sousel).

O governante visitou depois a Souselcaça - Feira Internacional do Campo, Caça e Pesca -, certame que termina na passada quinta-feira, na vila alentejana e que conta com a participação de cerca de 50 expositores, portugueses e estrangeiros.

Miranda Calha visitou ainda, no final da tarde, a Feira de Artesanato e Gastronomia de Portalegre.

**EDUCAÇÃO** - O ministro da Educação, Marçal Grilo, deslocou-se, ontem, a Famalicão, onde procedeu à abertura do ano lectivo com uma visita à EB 2,3 Júlio Brandão.

Da agenda do ministro fez também parte um encontro com membros de todos os conselhos directivos das escolas locais, durante o qual foi abordado o reforço do parque escolar.

A Direcção Regional de Educação do Norte pôs já a concurso, com uma base de licitação de 474 736 mil contos, a nova Escola Básica Integrada (EBI) de Arnoso Santa Maria.

A primeira fase da nova EB deverá ficar pronta até 14 de Julho de 1999 e a segun-

da até 30 de Dezembro do mesmo ano. O novo estabelecimento de ensino integra-se num pacote de quatro novas escolas que até finais do ano 2001 deverão entrar em funcionamento em Famalicão.

**EQUIPAMENTO** - O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, presidiu, no dia 14, em Viana do Castelo, à sessão de abertura do seminário «A integração da igualdade entre as mulheres e os homens nos fundos estruturais».



A cerimónia contou com a intervenção da comissária europeia para a política Regional e Coesão, Monika Wulf-Mathies.

No dia 11, João Cravinho pagou, no salão Nobre do Palácio de Penafiel, as indemnizações aos reformados, familiares de trabalhadores falecidos e trabalhadores das extintas CTM/CTMN - Companhia de Transportes Marítimos e Companhia de Transportes Marítimos Nacionais, pondo fim a mais de 15 anos de espera.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 10 de Setembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- A proposta de Grandes Opções do Plano (GOPS) para 1999, a qual será enviada ao Conselho Económico e Social na próxima semana, para parecer.
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei nº 278/87, de 7 de Julho sobre contra-ordenações em matéria de pescas e culturas marítima;
- Um decreto-lei que regula o funcionamento do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo;
- Um decreto-lei que executa as autorizações legislativas previstas nas alíneas a), b) e d) do nº6 do artigo 34º da lei nº 127-B/97, de 20 de Dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 1998, alterando o Código do Imposto sobre o valor Acrescentado e respectiva legislação complementar;
- Um decreto-lei que altera a taxa aplicável ao álcool etílico, a isenção de álcool destinado a fins terapêuticos e sanitários desde que desnaturado e o regime fiscal aplicável às pequenas cervejeiras;
- Um decreto-lei que atribui ao Governo, através do ministro das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, a competência para definir os laços de auto-estrada ou das grandes obras de arte, que venham a ser objecto de concessão nos termos do nº4 do artigo 15º da lei nº 10/90, de 17 de Março;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei nº 152/97, de 19 de Junho (que transpõe para o direito interno a Directiva nº91/217/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa ao tratamento de águas residuais urbanas), transpondo para o direito interno a Directiva nº98/15/CE, da Comissão, de 21 de Fevereiro;
- Um decreto que aprova o Acordo de Supressão de Vistos em Passaportes Comuns entre a República Portuguesa e a República do Paraguai por Troca de Notas de 1 de Abril de 1998;
- Um decreto que aprova, para rectificação, as emendas à Organização Internacional de Telecomunicações Móveis, com vista à reestruturação da Organização.

## DESTAQUE-CM

Pescas

## POR UM APROVEITAMENTO SUSTENTÁVEL

O Governo deu luz verde, no passado dia 10, durante a reunião de Conselho de Ministros, a um diploma que altera o decreto-lei sobre contra-ordenações em matéria de pescas e culturas marítima.

O decreto-lei regulamenta o exercício da pesca e da cultura de espécies marinhas, de modo a assegurar, mediante a definição de medidas adequadas à conservação e preservação a longo prazo, a gestão e o aproveitamento sustentável dos recursos da fauna e da flora existentes nas águas sob soberania e jurisdição portuguesas e que sejam, ou venham a ser, objecto de exploração pela pesca ou cultura para fins não só comerciais, mas também científicos ou lúdicos.

O diploma estabelece os princípios básicos por que se deve reger a actividade da pesca, a natureza das medidas a tomar, agravando substancialmente os limites máximos e mínimos das coimas e prevenindo condições para a aplicação das sanções acessórias mais gravosas do que as contempladas no regime geral das contra-ordenações.

A este nível, estabelece-se agora um limite mínimo de 150 contos e máximo de dez mil contos, para as pessoas singulares, e



entre cinco mil e 50 mil contos, para as pessoas colectivas.

Na anterior legislação os valores oscilavam entre os 30 e os 750 contos e os 20 e os dois mil contos, respectivamente.

Os princípios orientadores deste diploma inscrevem-se na crescente tomada de consciência colectiva sobre questões essenciais à conservação dos recursos naturais do Planeta, preocupação que tem

levado muitos países, nomeadamente os mais avançados, a incrementarem a sua legislação sobre pescas no sentido de restringirem, mormente aos seus nacionais, a possibilidade de pescarem em água costeiras, assim como os normativos restritivos da pesca de certas espécies, tendo como objectivo a respectiva protecção e impedir a sua sobreexploração.

O preceituado neste diploma segue, também, os grandes princípios definidos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que Portugal subscreveu, e no Código de Conduta para uma Pesca Responsável, aprovada na sequência de todo um trabalho desenvolvido no âmbito da Comissão das Pescas da FAO.

Portugal não poderia naturalmente alhear-se das preocupações que vêm sendo referidas, as quais, de resto, estão também patenteadas nos regulamentos comunitários relativos à pesca, delas se fazendo eco a Política Comum de Pescas.

A própria Constituição da República afirma, de forma clara, que incumbe ao Estado «promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações».

## DESTAQUE-CM

Fundo de Garantia

## CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO ALARGADO

O Conselho de Ministros, reunido na passada quinta-feira, dia 10, em Lisboa, decidiu aprovar uma medida legislativa que regulamenta o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo.

Este diploma visa reconverter o Fundo por forma a que, para além do apoio às instituições nele participantes que experimentem dificuldades financeiras, possa tam-

bém garantir os depósitos efectuados neste sistema de crédito.

O novo modelo considera o enquadramento comunitário subjacente sendo, por isso, muito próximo daquele por que se rege o Fundo de Garantia de Depósitos com as especificidades decorrentes, naturalmente, das atribuições que ao Fundo, tradicionalmente, vinham sendo cometidas.



## DESTAQUE-CM

Finanças

## EXECUTIVO ALTERA IVA E REGIME FISCAL DAS CERVEJARIAS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 10, alterações ao Código do IVA, à taxa aplicável ao álcool etílico e o regime fiscal das pequenas cervejarias, assinala um comunicado oficial.

O diploma de alteração do Código do IVA prevê que os sujeitos passivos deste imposto «passam a poder deduzir em 50 por cento das suas despesas com o GPL, podendo ainda, no caso de veículos não matriculados, beneficiar de uma dedução total das despesas com o GPL, tal como acontece com o gasóleo», acrescenta. Este decreto revoga o regime especial de tributação dos combustíveis, «submetendo a sua venda às regras gerais do imposto, mais consentâneas com o actual regime de preços livres que vigora para aqueles produtos», refere ainda.

Além disso, elimina a isenção aplicável a tradutores, interpretes, guias-intérpretes e profissões afins, passando estes profissionais ao regime normal de tributação, em conformidade com exigências decorrentes de preceitos comunitários.

O Governo aprovou também na generalidade um diploma que altera a taxa aplicável ao álcool etílico, à isenção do álcool



destinado a fins terapêuticos e sanitários desde que desnaturado e o regime fiscal aplicável às pequenas cervejarias.



SOLIDARIEDADE SOCIAL **Aumento extraordinário das pensões**

## MELHOR PROTECÇÃO COM MAIS JUSTIÇA

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, assinou, na passada quinta-feira, dia 10, uma portaria que determina o aumento extraordinário das pensões de velhice e invalidez do Regime Geral inferiores ao salário mínimo nacional (líquido da contribuição dos trabalhadores para a segurança social).

Ficaram beneficiados todos os pensionistas com pelo menos 15 anos de carreira contributiva e que tenham pensões degradadas face aos anos de carreira contributiva que apresentam.

Assim, a partir do primeiro dia de Junho do próximo ano, todos os pensionistas de velhice e invalidez do regime geral com carreiras contributivas completas (40 ou mais anos) passarão a receber pensões iguais ao salário mínimo estipulado para 1999, líquido da prestação para Segurança Social.

Por sua vez, os pensionistas que efectuaram descontos durante 15 ou 16 anos passarão a auferir, na referida data, pensões equivalentes a 65 por cento das relativas a carreiras contributivas completas.

A curto prazo, já a partir de 1 de Outubro deste ano, haverá uma primeira aproximação a esse objectivo.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade afirmou, em conferência de Imprensa, que «tudo isto se fará sem prejuízo dos aumentos normais de todas as pensões de todos os regimes que, como nos anos anteriores, estarão em vigor a 1 de dezembro de 1998 e abrangerão também os beneficiários por estes aumentos extraordinários».

«Deste modo, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, no último ano da presente legislatura, concretiza o objectivo fundamental de corrigir as pensões mais degradadas dos pensionistas com carreiras contributivas significativas, dando um passo decisivo em coerência com os anteriores aumentos extraordinários de 1 de Dezembro de 1997 e de 1996» observou Ferro Rodrigues.

Entretanto e a partir de 1 de Junho de 1999, passará a haver uma grelha de pensões mínimas definidas consoante os anos de contribuição.

Segundo o titular da pasta do Trabalho e Solidariedade, o seu ministério sempre defendeu que «é absolutamente justo que um pensionista de invalidez e velhice com uma carreira contributiva de 40 ou mais anos tenha uma pensão equivalente ao salário mínimo nacional líquido», mas não deixou de esclarecer que é igualmente «justo e lógico» que o mesmo não aconteça àqueles cujas carreiras são muito menores.

O sinal dado é, pois, duplo. Por um lado avança-se pelo caminho da justiça e do combate a situações de degradação das pensões. Por outro lado, «constrói-se um sistema de pensões mínimas que premeia a contributividade».

Estes designios mostram-se fundamentais para a proposta de Lei de Bases da



Solidariedade e Segurança Social que o Governo já apresentou na Assembleia da República e que quer agendar urgentemente.

Recorde-se que o Executivo socialista tem feito apelos a todas as forças políticas para maximizarem o consenso possível no sentido de proceder à discussão e aprovação

do quadro normativo geral da Solidariedade e Segurança Social nesta legislatura. O objectivo de tal apelo é viabilizar o lançamento da pedra fundamental da reforma da Segurança Social.

Os aumentos extraordinários que agora foram implementados traduzem as possibilidades financeiras da segurança social e do conjunto do Sector Público Administrativo, sendo compatíveis com a sustentabilidade financeira presente e futura do sistema.

«A solidariedade intergeracional, consubstanciada numa política de melhoria das condições numa política de melhoria das condições de vida dos actuais pensionistas que não ponha em causa os direitos dos actuais activos e futuros pensionistas, continua a constituir a base essencial da política de segurança social do XII Governo Constitucional», garantiu Ferro Rodrigues no final das declarações que prestou perante a Comunicação Social.

O que está em causa é proteger mais os menos protegidos, mas com justiça social.

MJR

### SITUAÇÃO ACTUAL

Pensão Mínima do Regime Geral ..... 31.300\$00  
Salário Mínimo Nacional ..... 58.900\$00  
TSU máxima do trabalhador (11%) ..... 6.479\$00  
SMN líquido da TSU (arrendondado) ..... 52.480\$00

### HIPÓTESES

- Aumento de aproximadamente 3 por cento em Dezembro de 1998 das pensões mínimas do regime geral;
- Aumento de aproximadamente 3 por cento do Salário Mínimo Nacional (SMN) em Janeiro de 1999, passando para 60.700\$00

### DOIS CASOS PRÁTICOS

Neste cenário, o SMN líquido da TSU passaria para 54.030\$00. Onde:

#### Caso A

**Pensionista do regime geral com 40 anos de carreira e com uma pensão de 31.300\$00.**

Em Outubro de 1998 terá um aumento de dez contos, mais 32 por cento, passando a beneficiar de uma pensão de 41.300\$00.

Em Dezembro de 1998 terá um aumento de aproximadamente 3 por cento, passando a receber 42.600\$00.

Em Junho de 1999 obterá um aumento de 11.430\$00, mais 27 por cento, atingindo os 54.030\$00, ou seja, 100 por cento do SMN. Assim, entre Outubro de 1998 e Junho de 1999 este pensionista com quatro décadas de carreira terá visto aumentar a sua pensão em 22.730 escudos, isto é, 73 por cento.

#### Caso B

**Pensionista do regime geral com 15 anos de carreira e com pensão de 31.300\$00.**

Em Outubro deste ano terá um aumento de 1.500\$00, mais 5 por cento, passando a receber uma pensão de 32.800\$00.

Em Dezembro de 1998 terá um aumento de aproximadamente 3 por cento, passando a beneficiar de uma pensão no valor de 33.800\$00.

Em Junho de 1999 passa a ter direito a uma pensão de 65 por cento do SMN líquido da TSU, ou seja, 35.120\$00, tendo assim um aumento de 1.320\$00, mais 4 por cento.

Entre Outubro de 1998 e Junho de 1999 este pensionista com 15 anos de carreira contributiva vai ter um aumento de 3.820\$00, mais 12 por cento.

Cenário com aumento normal de pensões de 3% (Dez/98) e aumento de SMN de aproximadamente 3% (1999)													
Anos de Carreira	Pensão Set/98	Pensão Out/98	Acréscimo Valor	Acréscimo %	Pensão Dez/98	Acréscimo Valor	Acréscimo %	Pensão Jun/99	% SMN	Acréscimo Valor	Acréscimo %	Variação Out/98 - Jun/99	
												Valor	%
15	31.300	32.800	1.500	5	33.800	1.000	3	35.120	65	1.320	4	3.820	12
20	31.300	33.800	2.500	8	34.900	1.100	3	37.280	69	2.380	7	5.980	19
25	31.300	35.300	4.000	13	36.400	1.100	3	40.530	75	4.130	11	9.230	29
30	31.300	36.300	5.000	16	37.400	1.100	3	42.690	79	5.290	14	11.390	36
35	31.300	38.800	7.500	24	40.000	1.200	3	48.090	89	8.090	20	16.790	54
40 e +	31.300	41.300	10.000	32	42.600	1.300	3	54.030	100	11.430	27	22.730	73
40	38.000	41.300	3.300	9	42.600	1.300	3	54.030	100	11.430	27	16.030	42
40	43.000	43.000	0	0	44.300	1.300	3	54.030	100	9.730	22	11.030	26
30	35.000	36.300	1.300	4	37.400	1.100	3	42.690	79	5.290	14	7.690	22
20	35.000	35.000	0	0	36.100	1.100	3	37.280	69	1.180	3	2.280	7

## DE REGRESSO ÀS AULAS...

**O arranque das aulas está a decorrer gradualmente desde a passada segunda-feira, dia 14, prolongando-se, em algumas escolas, até ao dia 21. A partir da próxima segunda-feira, quase dois milhões de alunos, do pré-escolar ao ensino secundário, começarão o ano lectivo 1998/1999, distribuídos por cerca de 17 mil escolas públicas e privadas.**

O primeiro-ministro, António Guterres, presidiu, no dia 14, no Porto, à abertura do novo ano lectivo com a inauguração da Escola Básica de Miragaia.

António Guterres foi acompanhado na cerimónia pelo ministro da Educação, Marçal Grilo, e pelos secretários de Estado da Administração Educativa, Oliveira Martins, e da Educação e Inovação, Ana Benavente.

O titular da pasta da Educação fez questão de sublinhar o clima de «normalidade e tranquilidade» que caracterizam a abertura do ano lectivo e prometeu para o ano 2000 manuais escolares gratuitos no primeiro ciclo.

«Estamos a preparar para o ano lectivo 2000/01 a possibilidade de termos livros escolares gratuitos do primeiro ao quarto ano de escolaridade», salientou o ministro.

Para Marçal Grilo, «este ano lectivo vai consolidar todas as iniciativas do Governo tomadas na área da Educação nos últimos três anos», frisando a inauguração da nova escola, que considerou «emblemática». A referência do ministro deve-se ao facto da Escola EB 2,3 de Miragaia resultar de uma colaboração entre a administração central, o poder local, os organismos escolares e a comunidade.

Para o ministro, as escolas «não são apenas centros de ensino, mas centros educativos», referindo ainda a importância da «estabilidade» do corpo docente e de uma «liderança forte» nas escolas.

Na cerimónia, António Guterres também se referiu à «serenidade» que se verifica actualmente no sistema educativo português e definiu a qualidade do ensino como o «grande desafio que Portugal enfrenta».

«Temos uma enorme preocupação com o pré-escolar e o ensino básico, que é onde tudo começa, além de ser essencial para obter melhores resultados no futuro», frisou. O primeiro-ministro lançou ainda um apelo às famílias portuguesas para que «assumam as suas responsabilidades» na educação dos jovens.

«As famílias não podem pensar que, nas escolas, o Estado as substitui na educação dos seus filhos. Nada pode substituir a presença da família junto das crianças», afirmou.

**Pré-escolar:**  
**arranque da gratuidade educativa**

O programa de expansão da rede nacional



de educação pré-escolar terá no ano lectivo de 98/99 a sua prova de fogo, ao ser generalizada a todos os sistemas da rede a gratuidade da componente educativa.

Para a equipa do Ministério da Educação, este será um ano determinante para aquela que foi a grande aposta socialista em matéria de Educação, anunciada quer em campanha eleitoral quer já no programa de governo.

Segundo o titular da pasta da Educação, o ano lectivo de que recém começa será aquele em que as famílias portuguesas começam a sentir no terreno as medidas para a educação pré-escolar, ao ter em todos os sistemas da rede a gratuidade da componente educativa.

O ano escolar de 97/98 foi essencialmente o da construção dos instrumentos jurídicos fundamentais para o programa.

Firmados que estão os acordos entre o ministério da 5 de Outubro e as instituições de solidariedade social, as misericórdias, as mutualidades e os municípios, agora o teste da solidez do programa cabe aos portugueses com filhos na idade dos cinco anos, os únicos que serão abrangidos já este ano.

Para as crianças de três e quatro anos a gratuidade da componente educativa deverá ocorrer progressivamente em 2000/2001.

O objectivo do programa, anunciado por António Guterres e a cumprir até 1999, é cobrir as necessidades educativas de mais de 300 mil crianças dos três aos cinco anos. Até essa data, mais de 90 por cento das crianças com cinco anos, 75 por cento com quatro anos e 60 por cento com três anos terão de ter cobertura escolar.

No ano lectivo que se inicia entre até ao dia 21 do corrente, são esperadas 206 mil crianças para o pré-escolar.

**Básico e secundário:**  
**revisão curricular**

O período escolar 98/99 inaugura, igual-

mente, uma nova fase no ensino básico e secundário, na medida em que será iniciado um processo de revisão curricular que apenas estará generalizado no ano 2001/2002.

Neste ano escolar, que faz regressar às salas de aulas quase dois milhões de alunos, está programada a preparação e a testagem de provas de aferição que começarão a ser realizadas pelos alunos do 4º ano do ensino básico em 1999/2000.

Em 2000/2001 será a vez dos alunos do 6º ano e em 2001/2002 a realização das provas alarga-se ao estudantes do 9º ano do ensino básico.

Os resultados destas provas não têm efeitos na classificação final dos alunos, sendo este reforço da avaliação externa, segundo o Ministério da Educação, uma parte integrante da revisão dos regimes de avaliação.

Esta é uma das medidas relacionadas com o processo de revisão curricular anunciadas pelo gabinete ministerial da 5 de Outubro.

Apenas para o ensino básico está prevista a criação em 35 novas escolas com gestão curricular flexível (mais 24 em relação ao ano passado) de duas horas semanais de estudo acompanhado.

Este espaço curricular, de oferta universal, será incluído no horário dos alunos e dos professores e constitui uma actividade contínua de apoio à organização e sistematização dos conhecimentos e ao desenvolvimento de métodos de trabalho.

No ensino básico será ainda criado um espaço curricular de direcção de turma de hora semanal que será dedicado a temas de actualidade, segundo os interesses de cada turma, promovendo a cidadania e o diálogo em torno de problemas sentidos pelos estudantes.

Exclusivamente para o 3º ciclo do ensino básico está programada a obrigatoriedade da segunda língua estrangeira e o reordenamento curricular que assegure a geografia nos três anos.

Estão ainda previstas medidas extensivas aos dois níveis de ensino (básico e secundário) e outras apenas direccionadas para o secundário.

Para os 2º e 3º ciclos do básico e para o secundário, o ministério determinou a fixação em 30 horas semanais da respectiva carga horária.

O horário semanal de 30 horas compreende a inclusão obrigatória no horário do aluno de todas as actividades lectivas e não-lectivas que fazem parte do seu plano de estudos, isto é, aulas e outras actividades curriculares.

Actualmente, as aulas variam entre 31 e 35 horas, o que, de acordo com o ministério, representa uma sobrecarga para os alunos.

Exclusivamente para o secundário está prevista a reorganização dos cursos gerais, por forma a favorecer a integração das dimensões teórica e práticas, e dos cursos tecnológicos, bem como a diferenciação dos programas das disciplinas de acordo com a natureza dos cursos.

**Superior:**  
**lei não será alterada**

O ano lectivo 98/99 no ensino superior público começa já sob ameaça de uma nova contestação dos estudantes contra as propostas, cujo valor, por estar indexado ao salário mínimo nacional, é agora de 58 900 escudos.

Marçal Grilo garantiu, no passado dia 11, em Coimbra, que não vai alterar a Lei de Financiamento do Ensino Superior e manifestou-se despreocupado com a ameaça de novas manifestações.

«Os estudantes decidirão sobre aquilo que querem decidir, o Governo está perfeitamente à vontade nesta matéria», sustentou o governante, numa conferência de Imprensa sobre a abertura do novo ano escolar na Região Centro, após uma reunião com a Direcção Regional.

O ministro afirmou, ainda, «estar seguro» de que a Lei de Financiamento do Ensino Superior «é boa para o País e indispensável para as instituições», daí «não ver razão nenhuma para alterá-la».

«A questão que tem de se perceber é esta: o País fez uma lei, que está em vigor há cerca de um ano e que tem todas as virtualidades que teria à partida», acrescentou.

Marçal Grilo insistiu na ideia de que a lei em causa «coloca, pela primeira vez, o estudante como não pagador do sistema», porque a sua contribuição é «muito simbólica em relação aos custos reais do mesmo, sendo o Estado o grande pagador».

Sobre a exigência dos estudantes para que sejam feitos estudos à capacidade pedagógica dos docentes, Marçal Grilo disse que no ano lectivo 1998/99 será efectuada uma «avaliação-piloto» para apurar os «problemas a montante do insucesso escolar persistente».

MJR

## ARONS DE CARVALHO PÕE PSD FORA DE JOGO

«Portugal era o último reduto para os que gostam de futebol de alto nível e de bórta. Em todos os países da Europa Ocidental onde o futebol goza de alguma tradição, era o único onde ainda não tinha chegado a televisão por assinatura ("pay tv"). E mesmo agora, que a grande maioria dos jogos do nacional de futebol da I divisão vai passar para a Sport TV, Portugal será um dos poucos países onde o futebol transmitido em canal aberto vai continuar a ser uma realidade.»

**António Tadeia**  
Jornal «Público»

**O secretário de Estado da Comunicação Social, Alberto Arons de Carvalho, pôs no dia 9 o PSD fora de jogo, desmontando com uma série de argumentos irrefutáveis a avalançada de mentiras que o partido laranja e o seu líder têm vindo a produzir relativamente à questão da transmissão de jogos de futebol na TV.**

**N**a intervenção que efectuou ao longo de uma hora na audição parlamentar realizada na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da AR, Alberto Arons de Carvalho revelou mais uma vez o profundo conhecimento que tem dos «dossiers» e infligiu ao PSD uma goleada, mostrando o chorrilho de falsidades, demagogia e até muita ignorância que os dirigentes laranja têm usado nos seus ataques ao Governo no que diz respeito à Sport TV.

Entre outros aspectos, Arons de Carvalho acusou o PSD de estar a mentir quando o seu líder afirma que as transmissões directas de jogos de futebol para as comunidades portuguesas no estrangeiro vão acabar, uma vez que, conforme recordou o governante, a nova lei da televisão assegura que todos os jogos de futebol, cujos direitos de transmissão sejam adquiridos por um canal nacional (RTP SIC, TVI ou Sport TV), podem ser transmitidos pelos canais internacionais: RTPi, RTP África e SIC Internacional.

Outra das mentiras desmontada por Arons de Carvalho foi a acusação feita pelo PSD ao Governo de «através dos impostos dos portugueses, pagar duas vezes a mesma coisa».

A este respeito, o secretário de Estado lamentou que o PSD «não saiba do que fala», dado que, recordou, o contrato entre a RTP e a Olivedesportos que atribuiu à RTP direitos de transmissão para três épocas teve o seu término no final da época desportiva de 97-98.

Paciente e pedagogicamente, Alberto Arons de Carvalho adiantou ainda que «há meses a RTP celebrou um novo contrato que vigorará entre esta época e a de 2003/2004, de acordo com o qual a empresa



adquire os direitos de 33 jogos do Campeonato Nacional, um jogo por jornada com excepção da última».

Desta forma, precisou, «a RTP apenas pagará um jogo por jornada, precisamente aquele que transmite e não qualquer outro», sendo assim «falso que a RTP pague duas vezes o mesmo jogo ou pague jogos que não transmite ou jogos que cedeu à Sport TV».

À medida que iam ouvindo de Arons de Carvalho, os parlamentares laranja, presentes na audição, não conseguiam distarçar o seu nervosismo. O secretário de Estado estava a pôr a nu a ignorância laranja nesta matéria.

### **Ignorância laranja**

Na sua intervenção, abordou depois as questões que se colocam em geral em torno da transmissão do futebol na televisão. Sublinhando que a transmissão regular e frequente de jogos de futebol na televisão é um «fenómeno recente», Arons de Carvalho recordou que até ao fim da década de 80, eram raros, por exemplo, os jogos do campeonato nacional transmitidos em directo ou diferido, situação que se alterou nos anos 90.

«As receitas publicitárias associadas às transmissões permitiram às televisões pagar mais e os clubes foram percebendo

que tinham à sua disposição uma receita fundamental», ainda por cima imune a vários factores.

Arons de Carvalho referiu que desde o início desta década o número de jogos transmitidos pela RTP aumentou exponencialmente, bem como os preços dos direitos, não admirando por isso que televisão seja hoje para os principais clubes, em qualquer parte da Europa, «a principal fonte de receita».

Segundo sublinhou, o aumento dos custos dos direitos de transmissão «é o principal responsável pela sua progressiva transferência para os canais sujeitos a pagamento - os canais "pay tv"».

Num cenário em que «na generalidade dos países europeus os direitos de transmissão do futebol passaram desde há anos dos clubes para empresas especializadas e destas primeiro para as televisões públicas e privadas em aberto e depois para os canais pay tv ou mesmo de pay per view», Alberto Arons de Carvalho lembrou que Portugal será um dos poucos países onde o futebol transmitido em canal aberto vai continuar a ser uma realidade.

Trata-se de uma evolução que, na opinião do governante, «muito mais do que positiva ou negativa, é inevitável nos países com liberdade de empresa».

É que, «ao contrário do que muitas vezes se pensa, não são as televisões em aberto

que têm os direitos originários, mas sim os clubes. E estes vendem a quem paga mais».

Arons de Carvalho revelou ainda que em 1997 a RTP perdeu com o campeonato de futebol em directo 1,5 milhões de contos e aproveitou para perguntar: «Como se pode pretender que a RTP ganhe uma corrida que todos os canais, públicos ou privados, que emitem em aberto de toda a Europa perderam para os canais de pay tv?».

E ainda: «Como pode o PSD dizer-se preocupado com a situação da RTP, pela qual é o principal responsável, e ao mesmo tempo exigir que a empresa continue a gastar fortunas com o futebol em directo?».

Entre as inúmeras vantagens da participação da RTP no Sport TV, apontou que assim evita-se que «este canal desportivo seja participado por uma qualquer empresa estrangeira certamente menos sensível aos interesses dos espectadores».

### **Interesses da RTP defendidos**

Arons de Carvalho lembrou ainda que a RTP já «garantiu a transmissão de um jogo por semana do campeonato, para além de ter os direitos dos resumos alargados de todos os jogos e de ter o exclusivo da Liga dos Campeões e de poder vir a transmitir jogos das provas da UEFA».

Assim, os espectadores portugueses poderão continuar a ver jogos do nosso campeonato com os chamados três grandes e ainda jogos da Liga dos Campeões, com equipas de dimensão mundial como o Benfica, Real Madrid, Ajax, Manchester United, Milão.

«As partidas da selecção nacional serão também como se sabe obrigatoriamente transmitidas em directo», lembrou aos mais distraídos Alberto Arons de Carvalho.

Neste contexto, disse, «não creio que se possa dizer que diminuirá muito em Portugal o volume de futebol ao alcance de quem não queira pagar o canal codificado».

Aliás, sublinhou, «Portugal será o país europeu com mais futebol em aberto».

Na sua intervenção, para além de críticas à ignorância revelada por certos jornalistas no tratamento desta problemática, Arons de Carvalho teceu também justas críticas às considerações «insólitas» que acompanharam a autorização que a Alta Autoridade atribuiu à Sport TV.

Quanto à declarações solenes do PSD que não autorizaria a Sport TV «pelo menos enquanto o País não estivesse todo coberto por rede de cabo», Arons de Carvalho lembrou que «a primeira legislação do cabo em Portugal, elaborado pelo Governo PSD, omitiu qualquer obrigação de serviço universal para os candidatos à instalação e exploração de redes de cabo».

Assim, concluiu, «o PSD é o grande responsável pelo facto do cabo existir sobretudo nas zonas do território com maior potencial socioeconómico».

J. C. CASTELO BRANCO

## DESENVOLVIMENTO TERÁ DE SER CENTRADO NAS POPULAÇÕES

O secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos, presidiu no dia 10, em Lisboa, à abertura do *workshop* subordinado ao tema «Visões do Sahel».

O *workshop* foi uma iniciativa do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no âmbito do 21º aniversário do Clube do Sahel e da primeira visita do CILLS e do Clube do Sahel a Portugal.

Recorde-se que o Clube do Sahel foi constituído em 1976 e integra a generalidade dos países da OCDE, várias organizações internacionais e nove Estados da zona do Sahel, entre os quais os países lusófonos Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Na intervenção que efectuou no *workshop*, Capoulas Santos disse que «a cooperação que se tem desenvolvido bilateralmente entre Portugal e os países do Sahel sairá certamente enriquecida e reforçada com a futura ligação ao CILLS», possibilitada pela participação do nosso país no Clube do Sahel.

Depois de recordar ter tido o «privilegio» de participar no processo de adesão de Portugal ao Clube do Sahel, representando o nosso país na Cimeira de Banjul, que celebrou os 21 anos desta Comissão de Luta contra a seca e a desertificação na região do Sahel, Capoulas Santos sublinhou que «o sucesso da cooperação entre povos e entre países passa muito pelo diálogo franco, pelo reconhecimento do interesse mútuo dos parceiros e pela construção de po-



líticas de cooperação com base nas reais necessidades das populações».

Salientando que «os modelos institucionais não podem ser únicos», Capoulas Santos frisou que «Portugal tem desenvolvido um modelo descentralizado, fruto do seu relacionamento e da sua experiência».

Ao decidir aderir ao Clube do Sahel, o governante referiu que «Portugal assume implicitamente o compromisso de disponibilizar o saber e a experiência, numa colaboração activa nas actividades do CILLS, permitindo alargar o relacionamento

e a ajuda que temos desenvolvido especialmente com Cabo Verde e com a Guiné-Bissau».

Na sua intervenção, Capoulas Santos referiu ainda as áreas por onde irá passar a cooperação de Portugal com os países do CILLS, cooperação essa que, na sua opinião, ultrapassa em muito o mero campo institucional. Nesse sentido, realçou o «papel fundamental» que devem desempenhar as ONG e as associações empresariais.

Salientou por último que, tal como foi defendido pela sociedade saheliana, «o desen-

volvimento terá de ser centrado no seu principal recurso que são as suas populações».

### Inaugurada Adega do Monte da Caldeira

Entretanto, ontem, dia 16, o secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos, deslocou-se a Estremoz, onde procedeu à inauguração da Adega do Monte da Caldeira.

Esta nova unidade, que representa um investimento de cerca de 300 mil contos, foi subsidiada em 50 por cento por fundos nacionais e comunitários ao abrigo do regime de incentivos à transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas.

A nova adega terá capacidade para transformar uma produção estimada em 400 toneladas por ano e criará dez novos postos de trabalho directos.

A nova unidade encontra-se já em plena fase de expansão, estando actualmente em estudo um novo projecto de investimento que permitirá transformar a produção decorrente do aumento de 50 para 130 hectares de vinha.

De salientar que a adega, localizada na Região Vitivinícola de Borba, encontra-se essencialmente vocacionada para a produção de vinho tinto (90 por cento), o qual é comercializado quer com a indicação DOC da Região de Borba quer como vinho regional do Alentejo, dispondo a empresa de marcas próprias nos vinhos tintos e brancos.

J. C. C. B.

## MAIS CULTURAS CONTEMPLADAS

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Gomes da Silva, revelou, no dia 13, na Batalha, estar em preparação a alteração do actual sistema de seguros agrícolas, por forma a «cobrir mais culturas e alargar às épocas de risco».

Gomes da Silva, defendendo os seguros agrícolas como sendo o mecanismo ao dispor dos agricultores para salvaguardarem os seus rendimentos em cada época, disse que «este ano são já mais de cem mil os agricultores cobertos por seguros». Recusando prometer apoios aos agricultores fora do quadro dos seguros agrícolas ou da linha de crédito de 40 milhões de contos a juros bonificados, recentemente criada, o governante disse que «se foram apoiados aqueles que não cumprem as suas obrigações, nunca mais temos um sistema a funcionar».

«Só para este sistema de seguros, o Estado gasta anualmente cerca de cinco milhões



de contos», adiantou o ministro, recusando existirem responsabilidades da sua parte ou das políticas agrícolas nacional e comunitária na situação de crise que este ano se verifica na agricultura portuguesa.

Falando na sessão de encerramento do Encontro Distrital de Agricultores de Leiria, Gomes da Silva disse que este «não é o primeiro ano mau da agricultura portuguesa» e «não é por qualquer regra comunitária que a péra-rocha não produziu».

«A agricultura não se faz debaixo de telha», afirmou Gomes da Silva, acrescentando que «o clima não é dirigido de Bruxelas contra Portugal».

A culpa da situação é de «questões climáticas contra as quais ninguém pode nada». Já no exterior da Adega Cooperativa da Batalha, onde decorreu o encontro, Gomes da Silva assegurou que não vai mudar a sua política, independentemente da realização de manifestações de protesto por parte de algumas organizações de agricultores.



## CAPITALISMO GERA CHOCANTES DESIGUALDADES NO MUNDO

«Atenção aos números e ao que eles escondem muitas vezes. Os EUA estão no primeiro lugar no ranking do rendimento e -para citarmos um país com um avançado welfare state (Estado-Providência) avançado - a Suécia está no 13º lugar. No entanto, nos EUA 17 por cento da população é pobre, ao passo que na Suécia o número é menos de metade.»

**Victor Cunha Rego**

**O capitalismo selvagem continua a gerar desigualdades chocantes entre nações e populações. A riqueza atingiu níveis sem precedentes, mas as nações mais ricas do mundo têm mais de 100 milhões de pessoas com rendimentos abaixo do limiar da pobreza, indica o relatório mundial sobre o Desenvolvimento Humano publicado pelo PNUD. Os EUA estão no «top one» dos países com maior rendimento e a Suécia está no 13º lugar. No entanto, nos «states» do capitalismo selvagem 17 por cento da população é pobre, enquanto na Suécia da social-democracia o número é menos de metade. Quem disse que as ideologias morreram?**

O relatório do Desenvolvimento Humano de 1998, encomendado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, revela que estão a aumentar os sem-abrigo (mais de 100 milhões de pessoas não têm abrigo) mais de 37 milhões de pessoas estão desempregadas e quase 200 milhões têm uma expectativa de vida inferior aos 60 anos.

O Canadá continua a ocupar o primeiro lugar entre 174 países no que se refere ao desenvolvimento humano, situação nunca atingida por qualquer outro país.

Os canadianos ocupam o primeiro lugar na saúde em geral, no nível de educação e na satisfação da população face ao nível de vida em geral. A França e a Noruega ocupam, respectivamente, o segundo e o terceiro lugares. A Serra Leoa surge no último lugar da lista.

Nos países em desenvolvimento, 1 300 milhões de habitantes vivem com menos de 1 dólar por dia. Nas economias em transição, 120 milhões de pessoas vivem nos limites da pobreza com um nível de 4 dólares por dia.

Em muitos países, a esperança de vida está em declínio, situação que o relatório do PNUD liga à epidemia do vírus HIV/Sida. Calcula-se que ocorram 16 000 contágios por dia no mundo inteiro, 90 por cento dos quais se verificam em países em desenvolvimento.

Até ao ano 2010, a esperança de vida no Zimbabué será inferior em 25 anos à verificada actualmente.



No Estados Unidos, os afro-americanos, que constituem 13 por cento da população, correspondem a 50 por cento dos contagiados com o vírus. Na Ásia meridional e oriental, o número de pessoas contagiadas com HIV é actualmente de 5 milhões. A doença representa uma carga muito pesada para a economia, especialmente no sector da saúde.

Também os conflitos armados impedem o progresso em muitos países em que quase 100 milhões de pessoas se vêem envolvidas num ciclo de lutas civis e de fome. Cerca de 50 milhões de pessoas foram obrigadas a abandonar os seus lares.

Nos últimos 10 anos, os conflitos armados provocaram a morte de 2 milhões de crianças e 5 milhões ficaram deficientes. O número de conflitos diminuiu de 21 em 1996 para 18 em 1997. Muitos conflitos prolongam-se por vários anos como é o caso do Afeganistão, 20 anos, 10 anos na Somália, 14 no Sri Lanka e 15 no Sudão. Apesar dos recuos em alguns países, em média registou-se um aumento do desenvolvimento humano durante os últimos 30 anos.

### Os ultra-ricos

Por outro lado, o relatório do PNUD re-

la que o mundo não anda bem a nível da distribuição da riqueza. O neoliberalismo dominante à escala planetária é o principal responsável pelo facto chocante de as 225 pessoas mais ricas do mundo deterem uma riqueza conjunta de 1 bilião de dólares, o equivalente ao rendimento anual dos 47 por cento mais pobres da população mundial, 2 500 milhões de pessoas.

As três pessoas mais ricas do mundo têm activos que excedem o PIB conjunto dos 48 países menos desenvolvidos, indica o relatório do desenvolvimento humano de 1998, com base em dados de 1997 publicadas na revista «Forbes».

Os 15 mais ricos do mundo têm activos que excedem o PIB total da África sub-saariana. Menos de 4 por cento da riqueza conjunta das 225 pessoas mais ricas do mundo, ou seja: cerca de 40 000 milhões de dólares, seria o montante anual necessário para garantir acesso universal à educação e serviços de saúde básicos para todos, cuidados de saúde reprodutivos para todas as mulheres, alimentação adequada, água potável e saneamento.

O país com a maior parcela das 225 pessoas mais ricas do mundo é, como não podia deixar de ser, os Estados Unidos,

com 60 pessoas (riqueza conjunta de 311 000 milhões de dólares), seguido da Alemanha com 21 (111 000 milhões de dólares) e o Japão com 14 (41 000 milhões de dólares).

Os países industrializados têm 147 das 225 pessoas mais ricas (645 000 milhões de dólares no seu conjunto) e os países em desenvolvimento 78 (370 000 milhões de dólares). A África tem apenas duas pessoas das 225 mais ricas do mundo, ambas da África do Sul (3 700 milhões de dólares).

### Subnutridos duplicaram na África sub-saariana

No outro extremo, o da pobreza gerada pelo capitalismo, o número de pessoas subnutridas mais do que duplicou entre 1970 e 1990 na África sub-saariana, passando de 103 milhões para 215 milhões, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 1998.

De acordo com aquele documento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o consumo alimentar médio na África sub-saariana era em 1995 de 2 237 calorias por habitante e por dia, abaixo do mínimo estabelecido de 2 300 calorias, contra 3 157 calorias nos países industrializados.

Dos 20 países com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - que mede em termos comparativos a esperança de vida à nascença, o nível educacional e o nível de vida, calculado a partir do PIB por habitante em paridades de poder de compra (PPC) - 18 são africanos, entre os quais três de língua oficial portuguesa (PALOP).

Os 15 países com mais baixo IDH situam-se todos no continente africano. Em 174 países, Moçambique ocupa o 166º lugar no desenvolvimento humano, a Guiné-Bissau o 164º lugar e Angola o 156º lugar. São Tomé e Príncipe surge em 121º lugar e Cabo Verde na 117ª posição.

O IDH da África sub-saariana é de 0,378, o mais baixo valor regional do mundo, contra 0,724 de média no planeta, e o Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos (IDS) é de 0,354, também o mais baixo e que compara com uma média mundial de 0,661.

A África sub-saariana tem o mais baixo PIB por habitante do mundo, quer em dólares, quer ajustado em paridades de poder de compra, a mais alta taxa de mortalidade infantil, a mais baixa taxa bruta de escolaridade e a mais alta percentagem de população sem acesso a água potável (48 por cento).

Naquela região, a esperança de vida é de apenas cerca de 50 anos, em meados da década de 90 tinha o mais baixo consumo de calorias por habitante/dia e o menor número de telefones e de televisores por mil habitantes.

**J. C. C. B.**

CULTURA

Codex de Leicester

DA VINCI E PORTUGAL...

**A**s ligações entre Leonardo da Vinci e Portugal e os Descobrimientos foram salientadas, no passado dia 9, na inauguração - presidida pelo primeiro-ministro, António Guterres - de uma exposição em que esteve presente Bill Gates, o presidente e CEO (Chief Executive Officer) da maior empresa de *hard* e *software* informático de actualidade, a Microsoft.

Na mostra «Leonardo da Vinci - um Homem à escala do Mundo, um Mundo à escala do Homem» que Guterres, acompanhado por Gates, abriu ao público oficialmente, no Mosteiro dos Jerónimos, destaca-se o famoso Codex de Leicester (1508-1510), que contém apontamentos científicos do próprio Da Vinci e é propriedade do «homem mais rico do Mundo».

Na bibliografia do famoso renascentista italiano, a única referência a Portugal é um cartão de uma tapeçaria que não chegou a ser executada, a segunda obra do artista, encomendada pela casa real de Portugal no século XV, disse na ocasião Duarte Costa Pereira, da Universidade do Porto. Presentemente, a única obra existente em Portugal atribuída a Leonardo da Vinci é um



esboço de uma Virgem a Banhar o Menino, propriedade da mesma universidade, acrescentou Costa Pereira numa intervenção sobre o significado de uma exposição sobre Da Vinci no Mosteiro dos Jerónimos, símbolo dos Descobrimientos Portugueses. O orador destacou ainda a «semelhança impressionante» de certos registos de «cientistas descobridores» portugueses com

as anotações de Leonardo da Vinci, como é o caso da vista da tromba de água incluída por D. João de Castro no seu «Roteiro de Lisboa a Goa» e aqui também exposta.

Três em um

A posse de «três computadores» - um no bolso, outro no carro e mais um na pasta -

por parte de cada cidadão constitui a actual aposta de Bill Gates e da sua empresa, a Microsoft.

Segundo o homem mais rico do mundo, que falava no final do almoço oferecido pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, aquele objectivo constitui «a única mudança» na política da empresa desde o início, há 25 anos, quando defendia apenas «um computador em cada secretária de cada casa».

Bill Gates enalteceu as possibilidades que a utilização da Internet oferece para a melhoria da educação das pessoas e para a própria democracia, ao facilitar o acesso à informação.

O Presidente da República, que «confessou» estar a dar «os primeiros passos» na utilização da rede, considerou ser «muito importante para o desenvolvimento do País» a posse de computadores e o acesso à Internet pelo maior número de portugueses. Sobre os reflexos que daí advêm para a democracia representativa, Jorge Sampaio observou que «a informação estendida a toda a gente é sempre melhor para a democracia», que no entanto não pode dispensar o voto nos actos eleitorais.

CIÊNCIA

Ligação das escolas à Internet

«NET» APROXIMA CIÊNCIA DOS CIDADÃOS

O ministro da Ciência e Tecnologia disse, no dia 12, que a ligação das escolas e das bibliotecas municipais do País à Internet veio aproximar a ciência dos cidadãos, criando uma união entre o ensino e a investigação.

Mariano Gago, que falava em Ponta Delgada na inauguração das novas instalações do clube de informática Bit/9, realçou existir actualmente em Portugal «a rede educativa de ligação à Internet mais avançada da Europa, ao nível da Suécia».

Segundo disse, «nenhum outro País conseguiu actualmente obter uma realização tão forte em tão pouco tempo entre todas as escolas do País, criando oportunidades de realização cultural e aproximando Portugal de outras potências mais desenvolvidas».

Realçou, ainda, a importância do Clube de informática Bit/9 junto dos jovens, como um veículo importante na «mobilização para a informática e comunicação através da Internet».

«Os movimentos associativos de jovens, que introduzem noções de modernidade, constituem um caminho essencial para o País e transmissão de conhecimentos», declarou.

Mariano Gago anunciou, por outro lado, a concretização, dentro dos próximos meses, do processo de ligação da totalidade das escolas primárias dos Açores à rede

Internet.

Alertou, porém, para «uma maior participação» por parte das escolas e professores açorianos no concurso do projecto «Ciência Viva».

O presidente do Governo Regional, o socialista Carlos César, considerou, por seu turno, que a juventude açoriana evidencia actualmente «uma grande apetência» pelas áreas da ciência e da tecnologia.

Referindo-se ao clube Bit/9, Carlos César salientou tratar-se de «um núcleo motor de progresso nos Açores», com uma dimensão de trabalho desenvolvido «numa perspectiva de formar para inovar».

Sublinhou que o Executivo açoriano «vai continuar a apostar em investimentos nas áreas do desenvolvimento da actividade científica e tecnológica, indicando que a segunda edição da Feira de Ciência e Tecnologia, uma iniciativa do Governo Regional, decorrerá no próximo ano na ilha Terceira.

Com 357 sócios, e criado há um ano e meio, o Bit/9 tem a seu cargo cerca de 90 por cento do tráfego de Internet dos Açores.

O clube da Associação Kairos, uma cooperativa que reúne os centros sociais e paroquiais de São Miguel tendo em vista a dinamização cultural e intervenção social, dedica-se ainda à realização de *sites* em várias áreas.

EXPO'98

Novo recorde

MAIS DE 168 MIL ENTRADAS NO SÁBADO

Um novo recorde absoluto de afluências ao recinto da Expo '98 foi atingido, no passado sábado, dia 12, com a entrada, de 168 275 pessoas, informou a organização.

Até às 13 horas tinham já entrado no recinto mais de 135 mil visitantes, igualando quase a melhor marca de afluências à Exposição Mundial (138 854), registada no passado dia 5 de Setembro, também um sábado.

A barreira das 152 mil visitas foi ultrapassada até às 20, hora a partir da qual tem início o período Expo-Noite (das 20 às 3 horas), em que foram recebidos mais uns milhares de visitantes, para assistirem aos vários eventos culturais que têm lugar no recinto.

Todo o espaço da Expo esteve inundado de pessoas durante o dia de sábado, com filas

de espera em praticamente todos os pavilhões, mesmo nos habitualmente menos visitados.

Contudo, uma fonte da organização considerou que, «apesar do mar de gente e de alguns incómodos aqui e ali, o recinto está a absorver bem a invasão».

Barreira dos 7,5 milhões ultrapassada

A 16 dias do fim da Exposição Mundial de Lisboa 1998, foi no domingo, ultrapassada a barreira dos 7,5 milhões de visitas, depois de às 13 horas já terem entrado no recinto 107 mil pessoas, a somar ao acumulado de sábado, que foi de 7 457 948.



EMPREGO

Apresentada Lei de Bases

## DAR COERÊNCIA À LEGISLAÇÃO AVULSA

**Quem não tiver património que sirva de garantia mas tenha um projecto empresarial gerador de emprego poderá contar com o aval do Estado para obtenção de empréstimos bancários.**

O Governo apresentou aos parceiros sociais, no dia 8, a Lei de Bases para a Política de Emprego. A principal novidade do quadro normativo estreado reside na possibilidade de o Estado avalizar empréstimos bancários com a finalidade de viabilizar a criação de novas empresas e com elas de novos postos de trabalho. Isentar as empresas das contribuições à segurança social é outro aspecto inovador da Lei de Bases para a Política de Emprego. O diploma pretende, assim e segundo o secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Paulo Pedrosa, «dar racionalidade e enquadrar todas as medidas que regulamentam as políticas de emprego». «Tentamos dar coerência ao que existe avulsamente».



Para resolver problemas de foro laboral em regiões carenciadas ou onde se evidenciem reestruturações sectoriais ou empresariais ou ainda os que sejam justificados por situações de natureza conjuntural desfavoráveis, poderão ser criados programas especiais. Os apoios financeiros que forem atribuídos no âmbito do diploma responderão a três

critérios: selectividade, complementaridade e subsidiariedade, sendo concedidos sob forma de empréstimo isento do pagamento de juros, bonificação da taxa de juro, isenção e redução de obrigações fiscais e de contribuições para a Segurança Social e, ainda, de garantias de empréstimos bancários. No que respeita à atribuição de subsídios a fundo perdido e caso se verifique o incumprimento dos objectivos propostos por via de contrato, as verbas terão de ser restituídas.

O prazo máximo para o reembolso, nos casos de apoio financeiro por aval a empréstimos bancários, será de cinco anos com possibilidade de adiar o primeiro pagamento por um período limite de dois anos a partir da data da concessão.

Tudo isto assenta na ideia de abranger com programas de intervenção e com uma só medida, tanto a população que se encontra à margem de obter um empréstimo bancário e os jovens qualificados à procura do primeiro emprego, desde que se proponham criar eles mesmos os seus postos de trabalho.

Das propostas legislativas da nova Lei de Bases para a Política de Emprego faz ainda parte um projecto relativo à formação profissional que viabiliza a possibilidade de substituir um funcionário em formação por um desempregado com o apoio estadual e um outro diploma que introduz o subsídio parcial de desemprego para os trabalhadores em regime de tempo parcial de prestação de serviços. **MJR**

TRABALHO

Empresas

## SEGURANÇA PRIVADA É UM MUNDO DE IRREGULARIDADES

Um autêntico escândalo a que urge pôr cobro é o que se passa na generalidade das empresas de segurança privadas que adoptaram um código de «mau comportamento», vivendo à margem da lei, e florescendo à custa da exploração dos seus funcionários e do roubo ao fisco e à Segurança Social.

Incumprimento das leis laborais, falsificação de documentos e fuga às contribuições fiscais e à Segurança Social são uma constante nestas empresas geridas, na sua maior parte, pasme-se, por militares.

Uma averiguação das inspeções do Trabalho e da Segurança Social realizada nas seis principais empresas do sector detec- to um mundo de irregularidades.

Segundo revela o jornal «Público» na sua edição de 10 de Setembro, estas empresas defraudam, anualmente, em cerca de três milhões de contos de contribuições retidas, os cofres da Segurança Social.

Em declarações ao «Público» o inspector-geral do Trabalho, Inácio Mota da Silva, refere que «o sector criou leis próprias e automarginalizou-se do sistema jurídico, adoptando um código de mau comportamento».

Nestas empresas de segurança privada são ainda cometidas os maiores atropelos aos direitos dos trabalhadores que são

obrigados pelos patrões «empresários», alguns dos quais militares reformados de alta patente, a trabalhar em condições de grande precariedade.

### Selva laboral

«As empresas de segurança recorrem à contratação a termo sem fundamentação legal, ultrapassando o prazo de renovação dos contratos; ao falso "part-time", ou seja, os trabalhadores têm um horário de 12 horas, mas apenas quatro são sujeitos a descontos legais», revela Inácio Mota da Silva.

O inspector-geral do Trabalho refere ainda que «as empresas recorrem à falsificação de contratos, de documentos e à evasão fiscal e à Segurança Social, beneficiando da fraude por não pagarem contribuições». As inspeções do Trabalho e da Segurança Social podem vir a recorrer ao Ministério Público, de forma a accionar criminalmente estas empresas onde reina a ilegalidade e a impunidade.

De salientar que o sector da segurança emprega cerca de 25 mil trabalhadores e as maiores empresas têm entre dois a três mil funcionários e ente os seus principais clientes estão a Administração Pública, câmaras municipais e grupos económicos. **J. C. C. B.**

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Bancada socialista

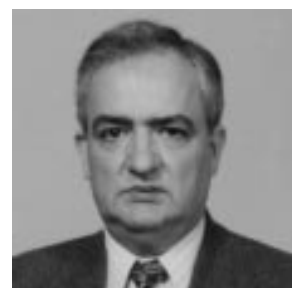
## MANUEL DOS SANTOS NA NOVA DIRECÇÃO DO GP/PS

A direcção da bancada socialista vai ter uma mais-valia. Manuel dos Santos vai integrar a nova direcção do Grupo Parlamentar do PS.

Ex-secretário de Estado do Comércio, onde se destacou pela defesa dos pequenos e médios comerciantes, e presidente da Comissão de Inquérito às Relações entre o Governo e os grupos económicos, Manuel dos Santos é um destacado militante socialista da primeira hora e um político e economista brilhante.

O deputado socialista do Porto entra na equipa de Francisco Assis em substituição de Osvaldo Castro que, curiosamente, suspendeu as suas funções parlamentares para assumir o lugar de secretário de Estado do Comércio, após convite do ministro da Economia, Pina Moura.

Nas suas novas funções, Manuel dos Santos será o responsável pelos Assuntos Europeus, área a que se dedicou ao longo da sessão legislativa passada, mas na qua-



lidade de coordenador da bancada socialista.

Manuel dos Santos é ainda um colaborador do órgão oficial do PS, «Acção Socialista», onde assina regularmente a coluna de opinião «6ª fila».



## Abrantes

### Cristina Correia soma vitórias

A tenista abrantina Cristina Correia sagrou-se esta temporada a portuguesa mais bem qualificada no torneio «Vila do Conde Ladies Open».

Tenista por opção e por vocação, Cristina Correia é actualmente considerada atleta de alta competição, cujos títulos conquistados lhe têm granjeado posição de destaque, tanto no mundo do ténis, como para a população abrantina que sempre apoiou e apostou nas qualidades natas da sua atleta.



De salientar ainda que a jovem tenista tem sabido, desde sempre, justificar o apoio dado pela Câmara Municipal de Abrantes à sua actividade desportiva, elevando o nome de Abrantes em Portugal e no estrangeiro.

## Albufeira

### Música cabo-verdiana

A cantora cabo-verdiana Maria Alice vai actuar no dia 26 no Auditório Municipal de Albufeira.

O espectáculo, com entrada livre, insere-se no âmbito das comemorações do primeiro aniversário da assinatura do acordo de gemação entre Albufeira e Ilha do Sal. Natural da Ilha do Sal, Maria Alice tem já dois CD editados e já actuou em vários concertos em Portugal e no estrangeiro. Paralelamente, decorre de 12 de Setembro a 4 de Outubro, na Galeria junto ao Auditório, a exposição de pintura «Cores de Cabo Verde», da autoria de Anybel Silva.

## Fafe

### Câmara leva Juntas à Expo

A Câmara Municipal de Fafe organizou uma visita à Expo-98 contemplando todos os presidentes das Juntas de Freguesia do concelho.

O objectivo da visita, que decorreu no passado fim-de-semana, foi, segundo a Câmara de Fafe, «proporcionar aos autarcas das freguesias a possibilidade - que de outra forma muitos deles não teriam - de aceder à última exposição mundial do século e a tudo o que ela significa».

## Inaugurada Escola Montelongo

O secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme de Oliveira Martins, presidiu no dia 15 à cerimónia de inauguração da Escola EB 2.3 Montelongo, em Fafe.

Guilherme de Oliveira Martins, acompanhado pelos responsáveis autárquicos e por dirigentes educativos, percorreu demoradamente as instalações daquele estabelecimento de ensino, localizado junto ao Parque da cidade e que substitui as velhas e acanhadas instalações da Rua Serpa Pinto.

## Faro

### Obras de revitalização da Mata do Liceu

Foram concluídas as obras levadas a cabo pela autarquia de Faro de revitalização e valorização da Mata do Liceu, importante zona verde da cidade.

Para assinalar, simbolicamente, o final das obras neste aprazível lugar da capital do Algarve, a edilidade promoveu a realização no dia 7 de um breve espectáculo musical. Com as obras na Mata do Liceu, que tiveram um custo superior a 65 mil contos, a Câmara de Faro procurou atingir um conjunto de objectivos, entre os quais a revitalização da mata, com a melhoria do índice de fertilidade do solo e com a introdução de novas espécies, aumentando a diversidade da mata e melhorando a vegetação existente.

## Lisboa

### Barracas abaixo na Mugeira

O presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, e o vereador do pelouro da Habitação, Vasco Franco, assistiram no dia 10 à demolição de 110 barracas e casas degradadas, no âmbito do Plano Especial de Realojamento (PER), que está em curso desde 1990 e prevê acabar com as barracas na capital até ao ano 2000.



As famílias que moravam nas barracas da Mugeira já se encontram nas suas novas casas no Alto do Lumiar, onde pagam rendas sociais, estipuladas de acordo com o rendimento do agregado familiar. Entretanto, no terreno das barracas e ca-

sas que foram demolidas, vão ser construídos 170 novos fogos para realojamentos, também no âmbito do PER.

## Ovar

### III Festival Nacional de Vídeo

A Câmara Municipal vai realizar o III Festival Nacional de Vídeo de Ovar, que decorrerá nos dias 23, 24 e 25 de Outubro. Os objectivos deste Festival são, entre outros, a promoção do vídeo como expressão de arte e a dignificação e encorajamento da produção do vídeo em Portugal.



O certame terá a seguinte estrutura: competição nacional, mostra de vídeo internacional, workshops e exposição.

## Penha de França

### Cartão 65

O Cartão 65, uma iniciativa do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, pode ser solicitado por todos os residentes na Freguesia da Penha de França com mais de 65 anos, na secretaria da Junta de Freguesia, no horário normal de expediente.

Os titulares do Cartão 65 usufruem de uma série de descontos e benefícios em bens e serviços nos cerca de 2 000 estabelecimentos ou empresas em todo o País aderentes da iniciativa.

## Santo Tirso

### Construção do complexo desportivo

A Câmara Municipal de Santo Tirso e a Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território celebraram no dia 11 um contrato-programa para a execução da segunda fase de construção do pavilhão gimnodesportivo e do complexo desportivo municipais, no âmbito do Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional.

O investimento global da segunda fase de construção das duas infra-estruturas desportivas ascende a 612 mil contos. As duas obras estão inseridas no âmbito da política desportiva da autarquia e na promoção do desenvolvimento do centro urbano da cidade.

## Sintra

### «Limpar o Mundo, Limpar Portugal»

A Câmara Municipal de Sintra, presidida pela socialista Edite Estrela, que na área do ambiente tem realizado nos últimos anos um trabalho notável, não podia ficar indiferente à iniciativa «Limpar o Mundo, Limpar Portugal», e já seleccionou diversos locais do concelho onde prestará todo o apoio a quem quiser participar.

Recorde-se que a campanha mundial «Limpar o Mundo» foi iniciada na Austrália no princípio da década de 90, tendo como objectivo mobilizar a comunidade civil para a necessidade de adopção de posturas e comportamentos amigos do ambiente e ainda de chamar a atenção das populações em geral para a problemática dos resíduos sólidos urbanos e a sua correcta deposição.



Assim, todos os anos se juntam milhões de pessoas em todos os pontos do mundo, que nos dias assinalados, 18, 19 e 20 de Setembro, numa acção simples de responsabilização partilhada, colaboram em acções de limpeza, unidas num único objectivo: ajudar a limpar o mundo.

A responsabilidade das autarquias que aderiram à iniciativa, como é o caso da Câmara de Sintra, consiste em garantir a possibilidade de participação dos munícipes através da identificação dos locais para a concretização deste objectivo, viabilizando todo o apoio logístico (recolha excepcional e contentores), material (sacos e luvas) e humano (técnicos para orientação, encaminhamento e gestão do espaço) necessários à realização de situações de limpeza urbana.

## Vila do Conde

### II Torneio de Futebol de Praia

Numa organização da Câmara Municipal de Vila do Conde, decorreu de 22 a 30 de Agosto, na Praia da Ladeira, a 2ª edição do Torneio de Futebol de Praia «Princesa do Ave», que contou com a participação de 17 equipas masculinas e três femininas.

A equipa vilacondense Patrício & Patrício/Ouriços venceu a prova masculina, enquanto a turma do Maceira/Estrelas ganhou a competição feminina.



## PS EM MOVIMENTO

### MADEIRA

#### PS contra Jardim «capataz»

O défice democrático imposto a toda a Região da Madeira pelo PSD continua a ser uma triste realidade. Alberto João Jardim fez escola no PSD-Madeira com o seu autoritarismo, linguagem inqualificável, humor pimba, défice de urbanidade e falta de respeito pelos direitos da oposição.

Por toda a ilha, proliferam joãozinhos laranja tentando imitar o estilo do seu chefe. Por isso, é necessário cuidado com as imitações.

Isto, claro, para não falar dessa inenarrável personagem laranja que dá pelo nome de Jaime Ramos.

É neste contexto marcado por uma guerrilha política antidemocrática, que o líder do PS-Madeira, o camarada Mota Torres, acusou no dia 13 o PSD-Madeira de estar a obstruir o trabalho dos vereadores da única câmara socialista da Região, a de Machico.

Mota Torres falava no âmbito de uma reunião de trabalho dos autarcas do PS-Madeira, em Machico, para a qual foi também convidado o líder dos socialistas madeirenses na Assembleia Legislativa Regional, Fernão de Freitas, que não compareceu.

O líder do PS-Madeira salientou que uma Câmara com a responsabilidade da de Machico necessita de ter dois vereadores a tempo inteiro, mas a obstrução dos deputados municipais do PSD, que são maioria na Assembleia Municipal, tem impedido a concretização desta reivindicação do presidente da autarquia, Bernardo Martins.



#### Guerrilha política antidemocrática

«Não poderei deixar de encarar esta atitude do PSD em Machico como uma atitude de guerrilha política, antidemocrática, contra o concelho de Machico», referiu.

Neste encontro de autarcas do PS de Machico, o camarada Mota Torres disse ainda que o presidente do Governo Regional pensa ser «o proprietário e capataz de toda a ilha» ao ordenar aos autarcas do PSD naquele concelho que façam obstrução à política dos vereadores socialistas.

O presidente da Câmara Municipal de Machico referiu que os projectos da autarquia têm sido cumpridos nestes oito meses de actividade, ao contrário dos da responsabilidade do Governo Regional.

### PORTO

#### Plenário Distrital de Militantes

O secretário nacional do PS Jorge Coelho criticou no dia 12, no Porto, a «campanha mentirosa, falsa e sem princípios» que está a ser desenvolvida pelos defensores do «não» no referendo sobre a regionalização.

O camarada Jorge Coelho falava num plenário distrital de militantes do PS que contou com a presença, entre outros, dos camaradas Narciso Miranda, Fernando Gomes, Mário de Almeida e Francisco Assis.

O dirigente socialista afirmou que «a direita radical apoia todo o seu discurso na mentira e não nos argumentos».

O camarada Jorge Coelho citou como exemplo o «medo» que, em sua opinião, está a ser lançado pelo PSD e PP quando estes dois partidos do centro-direita e da direita afirmam que «vêm aí os caciques» com a criação das regiões administrativas.

«Caciques existem em toda a parte do Mundo. Tenho medo é daqueles que não são eleitos», frisou.

Criticou também a oposição por estar a dizer que a regionalização trará custos elevados, designadamente em salários.

O dirigente socialista salientou que já existem mais de dois mil funcionários nos 18 governos civis e nas cinco comissões de coordenação regional, que serão colocados nos orga-

nismos das oito regiões e nos futuros oito governos civis.

«O PS defende hoje o que sempre defendeu. Nunca foi preciso dar saltos táticos», frisou Jorge Coelho.

Elogiou, a propósito, a «coerência» e a «verdade» dos socialistas em contraste com a «mentira» e as «mudanças táticas» do PSD e do PP, agora unidos numa nova AD.

Jorge Coelho comparou o argumento dos defensores do «não» de que não há tradição regionalista em Portugal à justificação dada há 25 anos sobre a alegada falta de tradição democrática do País.

O dirigente do PS sublinhou ainda que «já há quase 30 presidentes de câmaras do PSD que assinaram movimentos pelo «sim» e que muitos outros são a favor da regionalização, mas, por razões partidárias, não o afirmam publicamente».

#### PSD necessita de Viagra

Antes da intervenção de Jorge Coelho, o líder da distrital do Porto do PS, o camarada Narciso Miranda, referiu que a «dramatização» e o «nervosismo» da oposição em torno do referendo de 8 de Novembro reflectem «a enorme fragilidade bem patente na direita portuguesa».

«O líder do PSD vê no referendo o efeito «Viagra» para o seu partido e para o seu futuro», afirmou Narciso Miranda, para quem Marcelo Rebelo de Sousa está a utilizar a campanha sobre a regionalização como forma de «aguentar mais algum tempo».

O camarada Narciso Miranda, que à frente do PS/Porto tem realizado um trabalho notável, sublinhou que o PS se tem de mobilizar todo em defesa do «sim» e que ninguém esta dispensado.

Narciso Miranda reafirmou que «a regionalização não é, como alguns quiseram fazer crer, um combate entre o Norte e o Sul, entre o Porto e Lisboa».

#### Marcelo está de cabeça perdida

O camarada Fernando Gomes disse, por seu turno, que Marcelo Rebelo de Sousa está «de cabeça perdida» ao afirmar que a regionalização aprovada na Assembleia da República «é a maior fraude do século» e agradeceu o apoio do «buldozer do PS», Jorge Coelho, nos tempos em que era «politicamente incorrecto» defender a regionalização.



### VILA REAL

#### Seguro contra mentiras da direita radical

O coordenador da Comissão Permanente do PS, António José Seguro, acusou no dia 13, em Vila Pouca de Aguiar, o líder do PSD de não ter moral e de, simultaneamente, caluniar e apoiar o primeiro-ministro.

«Anda, por um lado, a chamar mentiroso ao primeiro-ministro e, por outro, a apoiá-lo para presidente da Comissão Europeia», referiu.

O camarada António José Seguro falava na festa distrital do PS/Vila Real que juntou milhares de socialistas, numa grande jornada de convívio e de afirmação dos valores da igualdade, liberdade e fraternidade.

O dirigente socialista afirmou que é altura de Marcelo Rebelo de Sousa «arrear caminho, mudar de discurso e perceber que os portugueses não se deixam enganar», recordando que ainda no passado sábado o líder laranja «chamou mentiroso e caluniou António Guterres».

O camarada António José Seguro salientou que «todos os portugueses sabem que o primeiro-ministro é um homem sério, honesto e de grandes convicções».

#### Medos e fantasmas

O coordenador do PS apelou aos líderes da «direita radical que passam a vida a mentir e a lançar medos e fantasmas aos portugueses sobre a regionalização para que deixem de mentir e que discutam com seriedade e com verdade as suas posições».

O dirigente socialista apelou aos presentes para que se empenhem na campanha e expliquem que «a regionalização vem trazer menos burocracia, vai unir os portugueses, tornar Portugal mais forte na União Europeia e desenvolver melhor todo o País, dando oportunidade aos portugueses, independentemente de onde vivam».



## REFLEXÕES

Carlos Zorrinho



## PERGUNTAS INOCENTES

**N**um momento em que os novos paradigmas da computação multimédia se aventuram na modelização sensorial, seria da maior importância o desenvolvimento dum «felicímetro», ou seja, dum instrumento que, para além de medir a produtividade, a eficácia e outras *performances* individuais, pudesse também correlacionar cada um desses indicadores com o sentimento médio de bem-estar e satisfação de cada ser humano.

Esta ideia ocorreu-me numa tarde de chumbo, daquelas em que Bruxelas é pródiga, quando vagueando pelos corredores do novo espaço Leopold, sede do Parlamento Europeu, me fui cruzando com os personagens da nova Babel, vestidos pelos melhores costureiros, perfumados pelas mais afamadas marcas, remunerados pelos mais altos padrões, robotizados pela mais desenvolvida burocracia e com um estranho as de alienação e tristeza nos olhos.

Por momentos apeteceu-me fazer de re-

pórter louco e perguntar a cada passante com ar inocente... O Sr. desculpe... sente-se feliz? Quando é que teve consciência de ser feliz pela última vez? Quanto gastou para isso? Claro está que, para minha infelicidade, provavelmente ninguém responderia a este espontâneo inquérito. Mais facilmente me diriam se tinham ou não usado detergente biodegradável na lavagem do colarinho! Mas talvez a minha questão se estranhasse mais na sua mente que os químicos na seda da camisa branca.

A felicidade é a grande derrota da sociedade consumista e concorrencial que caracteriza o planeta desenvolvido neste tempo de fim de milénio, escorada na competitividade e na produtividade, dinamizada pela criatividade e por vezes moderada pela liberdade e pela solidariedade.

Nenhum destes conceitos é em si mesmo negativo, mas também nenhum é absolutamente positivo, se não tiver como centro as pessoas e seu bem-estar físico e espiri-

Há algum tempo, num seminário sobre novas formas de trabalho, designadamente sobre as potencialidades do Teletrabalho, Maldonado Gonelho notou com grande acuidade que todos se questionavam sobre as condições tecnológicas e sobre a rentabilidade de método, mas ninguém se atrevia a fazer a pergunta inocente: contribuirão as novas formas de organização de trabalho para a felicidade e a realização individual e colectiva da humanidade? Assistimos hoje a uma mudança do paradigma social, induzida pelo desenvolvimento tecnológico. Muitos humanos de esquerda não se resignam ao pensamento único, mas muitos continuam a recusar integrar na sua reflexão o conceito de felicidade, por temerem que ele os empurre excessivamente para as dimensões espirituais da existência.

Será no entanto uma resistência condenada a soçobrar. A revolução do século XXI será marcada pelo regresso dos valores, mas não necessariamente apenas dos valores de textura material. Entre os Alfás e

os ómegas com que cada um baliza a vida, o caminho percorre-se no respeito pelo indivíduo num quadro de justiça social e equilíbrio no acesso aos bens materiais.

Estou consciente de que muitos dos meus habituais leitores acharão esta crónica pouco aderente à realidade e bem na fronteira da malha larga que marca o espectro temático aqui abordado. Será uma apreciação legítima mas que eu não partilho. Pelo contrário, sem nunca me furtar ao combate pelas causas de tangibilidade imediata, sinto cada vez mais que é na Meta Ideologia que reside a chave possível para que numa sociedade mais desenvolvida, as pessoas sejam mais felizes e realizadas. É que se Popper tem razão quando diz que nunca houve sociedade mais propícia à felicidade do que a sociedade aberta em que vivemos, importa não fechar os olhos à estranha sensação de vazio que parece minar a sua estrutura e em particular as suas elites. Ser feliz não está na moda, nem faz sentido fazer a média, mas é, no mínimo, uma mediania desejável. Lutemos por ela.

## SÓCRATES – ERASMUS

Eliana Pinto



## UM DIÁLOGO ENTRE CULTURAS

**A** realização em Coimbra e Aveiro da reunião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu – PSE – constitui um acontecimento cultural de grande importância e de inegável repercussão, tanto nacional, como internacional.

O tema escolhido para ser discutido em Coimbra, cidade universitária por excelência, não podia ter sido outro senão este, da troca de experiências culturais e de sistemas educativos, por intermédio do Programa Sócrates.

O cruzamento de culturas – dilema da modernidade – tem uma inadiável actualidade. E é de um enorme interesse para Portugal.

Num mundo dividido por graves conflitos e rivalidades, marcado por desequilíbrios e antagonismos, sujeito a injustas assimetrias, o diálogo entre culturas é condição essencial para o futuro. É que, a cultura e denominador comum de um comportamento social e histórico que pode ser criador, ou fruidor e acenar esta ou aquela dominante.



Direi mesmo que, para mim, assegurado o pluralismo democrático, o primeiro dos nossos problemas é cultural. Mais do que o capital do nosso trabalho, o que vale, hoje, acima de tudo, é o conhecimento. A massa cinzenta dos portugueses é o nosso melhor capital. Não temos outro comparável!

Por isso reafirmo que o futuro terá de ser feito desta colaboração próxima, deste compromisso profundo entre a política e a cultura!

Sócrates, considerado como o erudito da filosofia ocidental, ensinava os seus discípulos interrogando-os para os levar ao conhecimento. A sua máxima – «*Conhece-te a ti próprio*» – valeu-lhe a paternidade do Programa europeu de educação que, por isso, assumiu o seu nome.

Este importante programa permite um intercâmbio que vai muito além de uma mera troca de experiências, na perspectiva dos diferentes sistemas de ensino europeus. De facto, e falo por experiência própria, entendo não ser este apenas um importante programa de mobilidade de

estudantes. Constitui, igualmente, senão mesmo sobretudo, a forma dos estudantes serem confrontados com novas visões culturais, com as diferentes perspectivas, dadas pelos colegas europeus, do peso que conferem à educação, às diferentes manifestações culturais, enquanto componentes integrantes dessa coisa mais vasta que é, de facto, a Cultura!

Fui estudante Erasmus, na Faculdade de Direito da Universidade de Poitiers e tenho a consciência de que o futuro profissional dos alunos depende, cada vez mais, deste tipo de experiências directas com os estudos superiores e formas de vida de outras escolas e de outros países.

Terminando, não gostaria de deixar de dizer que os prodigiosos avanços da ciência, das artes e das tecnologias deve-se, sem dúvida, a uma Humanidade que é, nos dias que correm, uma comunidade planetária em permanente comunicação

Intervenção de Eliana Pinto, JS/Coimbra, na reunião do Grupo Parlamentar do PSE, realizado na Beira Litoral



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Fósseis em Albufeira

Amanhã, às 22 horas, assista ao concerto a cargo da Banda da Sociedade Musical e Recreio Popular de Paderne que se realizará no Largo Engenheiro Duarte Pacheco. À mesma hora e no mesmo local, veja e ouça, no sábado, dia 19, o Grupo Juvenil de Acordeonistas de São Brás de Alportel. De 20 a 27 deste mês vai decorrer o II Festival de Gastronomia, um evento que pretende divulgar os manjares tradicionais da região algarvia.

Na quarta-feira, dia 23, realiza-se, na Praia Manuel Lourenço, uma actividade de educação ambiental denominada «Percurso dos Fósseis».

A iniciativa visa a recolha de espécies para posterior identificação, procurando dar a conhecer à população a flora e a fauna do litoral.

Os interessados deverão dirigir-se à sede do Clube de Pesca ou ao sector de Ambiente da Câmara, a fim de proceder à respectiva inscrição.

A partida está marcada para as 8 e 30, junto à sede do Clube de Pesca Desportiva.

Rancho em Almeirim

O Rancho Folclórico de Torres Novas vai animar Almeirim, no domingo, dia 20, a partir das 16 horas.

Fados em Coimbra

O Grupo de fados da Associação Académica de Coimbra vai actuar nas Escadas do Quebra-Costas e no Arco de Almedina, hoje e no dia 22, respectivamente, pelas 22 horas.

Entretanto, não esqueça de visitar a mostra de pintura, de Hiroshi Umezaki, patente na Casa Municipal da Cultura, na Rua Pedro Monteiro.

Bandas em Fafe

A partir de hoje e até ao domingo, dia 20, encontrar-se aberta ao público a I Mostra de Artesanato de Fafe, na Arcada.

Entre amanhã e domingo realizar-se-á o I Encontro de Bandas Filarmónicas do Ave do Ave, com a participação de seis bandas: a Banda de Golães (Fafe); a Banda da Trofa, a Banda de Vila Nova de Famalicão, a Sociedade Filarmónica Vizeleense; a Banda dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso e a Sociedade Filarmónica de Vilarchão (Veira do Minho).

Cinema em Guimarães

O Auditório da Universidade do Minho foi o local escolhido para a exibição da fita de Jacques Doillon, «Ponnette», hoje, pelas 21 e 45, amanhã, às 16 e 30 e às 21 e 45. De 19 a 24 do corrente veja, no Cinema São Mamede, «Ligações Selvagens», de

Wim Wenders, às 15 e 30 ou, na sessão da noite, às 21 e 45.

A «Hora do Conto» leva à Biblioteca Anexa de Pevidém, na quarta-feira, às 10 e 30, «Os Dinossauros – O Poderoso Megalossauro».

Estreias em Lisboa

Amanhã debutam quatro filmes nas salas de cinema lisboetas, por isso se for apreciador da sétima arte não deixe de ver «Instantes Decisivos», de Peter Howitt; «A Lição de Tango», de Sally Potter; «A Vida é Bela», de Roberto Benigni; e «A Paixão dos Fortes», de John Ford.

Teatro na Marinha Grande

A mostra de teatro da Zona Centro continua, amanhã, pelas 21 e 30, no Auditório do Sport Operário Marinense, com a peça «Mandrágora», a cargo do Grupo de Teatro CCD Semente (Delegação de Aveiro). No mesmo local e à mesma hora, mas no dia 19 (sábado), assista à representação de «A Feira dos Mandrecos», um espectáculo representado pelo Grupo de Teatro A carroça de Alcains (Delegação da Covilhã).

Mostra em Portimão

«A Língua Portuguesa, um Oceano de Cultura» é o título da exposição que se encontra patente ao público, até ao dia 25, na Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes.

Música no Porto

O Grande Auditório do Rivoli-Teatro Municipal recebe, no âmbito do ciclo de cinema «Gershwin 100!», a Orquestra Nacional do Porto, que actua amanhã e depois, seguindo-se, na terça-feira, dia 22, o espectáculo musical que inaugura o ciclo «Herança Brecht», destinado a assinalar o centenário deste escritor e dramaturgo.

Pintoras em Sintra

Até ao dia 20, no Largo da Capela, decorre a Feira de Artesanato de Algueirão – Mem Martins.

Todos os dias a Feira contará com a actua-

ção de vários grupos de música e folclore, podendo ser visitada das 18 às 23 horas. Assim, hoje, pelas 22 horas não perca a actuação da Banda da Sociedade Filarmónica de Mira-Sintra. Amanhã, sexta-feira, será a vez de ver e ouvir o Grupo de Cantares do Grupo Desportivo de Sacotes e o Rancho Folclórico e Etnográfico As Mondadeiras de Algueirão, às 22 e 23 horas, respectivamente.

No fim-de-semana diversifica-se a oferta de animação. No sábado aprecie o espectáculo do Rancho Infantil do Grupo Folclórico Salsoio (18 horas), bem como o da Banda da Sociedade Filarmónica Os Aliados (22 horas).

O adeus à festa chegará no dia 20 com os show de Sandra & Rui Faria, pelas 18 horas e ainda com as danças e cantares dos Rancho Folclórico As Vendadeiras Salsoias de Sintra, pelas 22 horas.

Emília Morais e Conceição Ramos expõem, até ao dia 27, as suas pinturas na Galeria Municipal de Fitares.

No primeiro andar deste espaço cultural poderão ser apreciados os trabalhos de Emília Morais. Trata-se de uma mostra subordinada ao tema «Sinais», tendo como motivo de inspiração as civilizações autóctones de África e dos índios norte-americanos.

No segundo piso da Galeria encontram-se aberta ao público a mostra intitulada «Representações III», de Conceição Ramos, consistindo numa série de representações que buscam, elas próprias, o conceito de representar tridimensionalmente um objecto.

Folclore em Valença

No sábado, dia 19, pelas 22 horas, não perca o Festival Folclórico de Ganfei que conta com as actuações especiais do Grupo Folclórico local, bem como dos ranchos de Lagameças (Palmela); da Lourosa (São João da Madeira), de Tercena (Oeiras), da Coja (Arganil), do Retacho (Castelo Branco) e ainda do agrupamento de Vila do Coito (Santarém).

Um dia depois será a vez de ver desfilar automóveis antigos, entre Valença e Monte do Faro.

Até ao dia 22 estará em exibição, no cinema, o filme mais recente de Ivan Reitman, com Harrison Ford e Anne Heche. Trata-se de «6 Dias, 7 Noites».

SUGESTÃO

AS FACES DA FLANDRES

«O Fascínio das Faces da Flandres Através da Arte e da Sociedade» é a grande exposição sobre o passado, o presente e o futuro da Flandres organizada pelas cidades flamengas de Antuérpia, Bruges e Gand com o apoio da Comunidade Flamenga por ocasião da Expo'98.

A mostra, patente até ao dia 25 de Outubro na Galeria das Descobertas do Centro Cultural de Belém, baseia-se num confronto entre arte antiga e contemporânea, procurando estabelecer a relação entre Centro e Periferias em diversos períodos históricos da arte flamenga, ilustrados por várias formas de criação artística.

Encontram-se em exibição 200 obras de arte dos séculos XII ao XIX em paralelo com o trabalho de 20 artistas plásticos, realizados entre 1970 e 1998.

A parte histórica da mostra baseia-se no importante intercâmbio entre os grandes centros e o meio rural e na acumulação de riqueza que tornou possível, ao longo dos séculos, a produção de uma grande diversidade de obras de arte. Para além da realidade dos centros e do meio rural, existe a interacção entre quatro culturas: os camponeses, as abadias e os mosteiros, a burguesia e a nobreza.

Outro aspecto eu merece atenção é o papel da mulher, quer pela sua importância na economia, quer na imagem que o homem faz dela.

Por todas estas e por outras razões, visitar «O Fascínio das Faces da Flandres» transforma-se num desafio incontornável. Não falte!

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Vou desviar o rio

*Vou desviar o rio.  
Não quero que o rio passe neste sítio,  
de espelhos partidos, aves quase mortas.  
O rio tem que ser um homem claro,  
aberto às chamas, atencioso com crianças e  
damas, corpo dado à leitura no sossego da  
lareira.*

*Vou desviar o rio como um acto sófrego a  
fazer de  
Ciência e coração. Desviadas as águas em  
tumulto  
(andam muitas pedras movidas neste rio!),  
descanso os olhos à sombra húmida dos  
arbustos  
como uma tarde cheirosa de pêssegos na  
memória,  
horas peganhentas ganhas ao colo das raparigas.  
Mas não esqueçam nunca, vou mesmo  
desviar o rio:*

*Não quero que  
o rio passe mais neste rio.*

Fernando Grade

IV Exposição Canina Nacional de Valença

Especial Rottweiler

20 de Setembro • 8h30

Organização: Câmara Municipal de Valença

6ª FILA

Manuel dos Santos



## DUAS ATITUDES... DUAS RESPONSABILIDADES!

**O** urante o encontro do Grupo Socialista do Parlamento Europeu, recentemente realizado em Portugal, foi ouvida uma notável intervenção do Primeiro Ministro de Portugal.

Colocando verdadeiramente o dedo na ferida, António Guterres afirmou que «falta na Europa uma Liderança, um Projecto e uma Visão».

Vive-se hoje na Europa e no Mundo uma situação complexa e potencialmente muito perigosa e é, neste cenário, que o diagnóstico do líder dos socialistas portugueses se torna mais oportuno e justificado.

Perante uma situação, que alguns têm menorizado, incapaz de a compreender, António Guterres acaba por afirmar, com palavras de esperança entenda-se, que o que está em causa, também, é a falência de um modelo excessivamente liberal e monetarista, incapaz de contribuir para a adequada solução dos verdadeiros problemas que se colocam às pessoas e às sociedades.

Muita gente entendeu o notável discurso do Secretário Geral do PS como um verdadeiro programa de candidatura à Presidência da Comissão Europeia.

Não me pronuncio sobre esta questão lateral, aliás já resolvida pelo Primeiro Ministro, porque em relação a ela apenas poderia

emitir juízos de avaliação pessoal e afectiva que não vem ao caso e seriam manifestamente irrelevantes.

Foi outra a minha interpretação: os socialistas portugueses e nomeadamente o 1º ministro de um pequeno governo que integra a União Europeia de pleno direito, não se limita a ser parceiro passivo da evolução da Europa, antes aceita o repto de contribuir activamente para a fixação da agenda da discussão política mais relevante para esta zona geográfica do Mundo.

Trata-se, assim, de uma postura e de uma atitude de Estado que honra sobretudo Portugal e os portugueses e merecerá estou certo o aplauso generalizado.

Quão distantes estamos agora da absurda posição do Portugal - aluno bem comportado e bem sucedido - que foi a imagem de marca do Cavaquismo na Europa.

Curiosamente esta intervenção de António Guterres coincidiu temporalmente com a tomada de posição do líder da oposição em relação à regionalização e ao inquérito parlamentar às supostas relações do Estado com os grupos económicos.

Relativamente ao 1º ponto Marcelo Rebelo de Sousa nega tudo o que afirmou há 2 anos e irresponsavelmente qualifica uma profunda reforma de Estado (da qual se pode discordar naturalmente), e que consta do con-

trato estabelecido entre o Partido do Governo e o eleitorado, «como a maior fraude do século».

Incapaz de discutir com nível esta questão, compromete-se e compromete o seu partido, em mentiras indecorosas e lamentáveis cuja divulgação constitui um verdadeiro atestado de menoridade mental ao povo português.

Em relação ao inquérito parlamentar, nascido de uma coloniosa intervenção do Professor no recente congresso de Tavira, em vez de carrear, ou fazê-lo através dos deputados do seu partido, quaisquer elementos de prova para o processo e não tendo assumido desde o início a vontade de testemunhar perante a Comissão de Inquérito, pretende agora fixar o ritmo e a natureza das investigações.

Ouvi-lo-emos seguramente, na certeza de que a esperada vacuidade do seu testemunho será o elemento concreto que faltava para colocarmos o comportamento do líder da oposição, ao nível de um pobre caluniador e contumaz criador de factos políticos irrelevantes e prejudiciais para a consolidação da democracia portuguesa.

Dois comportamentos, duas posições não apenas antagónicas, mas sobretudo significativas, do entendimento que cada um dos dois líderes tem do interesse nacional.

«Para uma boa parte dos que no início da década de 70 viveram, cheios de esperança, os mil dias do Governo de Unidade Popular, o combate, hoje, é outro, e as grandes alamedas, simples atalho: criar uma alternativa de mudança ao modelo neoliberal que Pinochet e o seu principal aliado pariram no Chile e exportaram um pouco para toda a parte.»

**Adelino Gomes**  
Público, 11 de Setembro

«Tal como Barcelona soube aproveitar os seus Jogos Olímpicos, Lisboa soube tirar proveito da última Exposição Mundial do século para recuperar uma porção do seu território que vivia em verdadeiro caos urbanístico e industrial.»

**António Guterres**  
Diário de Notícias, 13 de Setembro

«Em Portugal o betão e a informática avançaram bem mais depressa do que a educação.»

**Maria Elisa**  
Diário de Notícias, 13 de Setembro

«Fomos capazes de construir uma razoável rede de auto-estradas, de erguer magníficas pontes, de dotar o País dos mais sofisticados cartões electrónicos: não conseguimos obrigar os portugueses a deixar de cuspir para o chão ou a dar o lugar às senhoras.»

**Idem, ibidem**  
«A democracia electrónica levantou problemas deontológicos novos, abriu precedentes e criou situações com consequências graves.»  
**M. Bettencourt Resendes**  
Diário de Notícias, 13 de Setembro



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director

**Fernando de Sousa**

Director-adjunto

**José Manuel Viegas**

Redacção

**J.C. Castelo Branco**

**Maria João Rodrigues**

Colaboração

**Rui Perdigão**

Secretariado

**Sandra Anjos**

Paginação electrónica

**Francisco Sandoval**

Edição electrónica

**Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Redacção**

Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

**Administração e Expedição**

Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26,

Dafundo

1495 Lisboa **Distribuição** Vaso, Sociedade de

Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL,

Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz